



Relatório Anual

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM

2012

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO,
HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SEDHAM**

Paulo Sérgio Damasceno Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente

Luciano Pinho de Almeida

Subsecretário

Ana Carolina André Rabelo

Diretora Geral de Habitação

Rômulo Garcia Machado

Diretor Geral de Urbanismo e Meio Ambiente

Renato Guimarães de Miranda

Coordenador Administrativo

Ana Lúcia Alvares de Aragão

Coordenadora da Coordenadoria Central de Informações

Armando Mendes Lima Filho

Coordenador da Coordenadoria de Promoção de Melhorias Habitacionais

Daniela Mara Menezes Fernandes Gutierrez

Coordenadora da Coordenadoria de Regularização Fundiária

Elaine Souza de Menezes

Coordenadora da Coordenadoria de Fomento à Produção de Habitação Popular

Márcio Paulo Correa Lima Santos

Gestor do Núcleo de Tecnologia da Informação

Fernando Sérgio Barbosa Teixeira

Coordenador da Coordenadoria Central de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Coordenadora da Coordenadoria Central de Produção de Indicadores Urb. e Ambiental

Nádia Cristina Menezes Pereira

Gestora do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira

Nilton de Arruda Oliveira Junior

Coordenador da Coordenadoria Central de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Alessandra Soares de Araujo

Coordenador da Coordenadoria Central de Desenvolvimento Econômico e da Inovação

Apresentação

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM realizou durante o ano de 2012 uma série de atividades de planejamento e elaboração de projetos, visando melhorar a qualidade urbano-ambiental da Cidade de Salvador. A elaboração e implementação dessas atividades tiveram como foco a requalificação ambiental, funcional e paisagística de espaços públicos de interesse popular e/ou turístico, bem como a constante busca de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos soteropolitanos. Nesse contexto, foram desenvolvidos os seguintes estudos e projetos: adequação do PDDU 2008, proposta da Nova LOUOS Contendo adequações do Uso e Ocupação do Solo ao PDDU/2008, proposta da Nova LOUOS contendo adequações do Uso e Ocupação do Solo ao PDDU/2008, regulamentação de Zonas de Proteção Ambiental – ZPAMs, projeto de Lei contemplando as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística – APCP, processo de elaboração do Plano de Trabalho para a Regulamentação da Área de Proteção dos Recursos Naturais – APRN, elaboração de estudos para formatação de Minuta de Projeto de Lei para Regularização de quatro Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, colaboração técnica a Projetos de Mobilidade e da Arena Fonte Nova com vistas ao atendimento às exigências para realização Copa 2014 - FIFA junto aos órgãos Estaduais e Municipais, Elaboração da minuta de Projeto de Lei de Hierarquização Viária de Salvador, Elaboração de Propostas de Regulamentação do Conselho Municipal de Salvador – CMS e Transformação de áreas nas localidades de Bananeiras, Periperi, Nova Constituinte e Escada em Zonas Especiais de Interesse Social.

Em relação à produção de informações para o Desenvolvimento e Gestão Urbana permanece a disponibilização de produtos do Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador- SICAD, o Mapa Digital do Município o Salvador, que é acessado pela população, com média acima de 2.000 acessos/mês. Em parceria com a SEFAZ, está em andamento a elaboração da Base de Geolocalização para o Município do Salvador. Também em andamento o Projeto Emplaca Salvador tem como objetivo possibilitar ao Cidadão receber correspondências na sua totalidade a partir de um registro único de endereçamento postal, integrado e oficial; como também de facilitar ao turista localizar-se na Cidade de Salvador.

Com objetivo de sistematizar dados, a SEDHAM está atualizando o anuário “Salvador em Dados”, valiosa e fonte de informação sobre o município, valioso instrumento para o conhecimento da sua realidade, com estatísticas diversas sobre temas de interesse e relevância para a cidade. Outro projeto em desenvolvimento é a construção do

marco conceitual e teórico do Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQUA – que tem como objetivo servir de fundamento ao planejamento municipal na tomada de decisões que promovam mais igualdade na distribuição e no acesso da população a bens de cidadania, especialmente no que se refere à distribuição de recursos para obras e serviços públicos, uma das formas básicas de atenuar as disparidades sócio-espaciais intra-urbanas e servir ao monitoramento da qualidade de vida urbana na cidade.

Em março de 2012 foi criado um Grupo de Estudos do Cadastro Técnico Multifinalitário sob a coordenação da SEDHAM. Como etapa final dos trabalhos, durante o período de 28/10/2012 a 05/11/2012, os integrantes do Grupo participaram da Missão às prefeituras de Bogotá e Medellín e ao Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC. A Colômbia é considerada referência na América Latina na matéria de Cadastro Multifinalitário. A Missão contou com a colaboração do Lincoln Institute of Land Policy através do Prof. Diego Erba, para definição da agenda e contatos.

Em 2012, a SEDHAM deu continuidade à atividade de produção da revista Veracidade lançando a décima segunda edição em setembro e neste mês de dezembro publicará a décima terceira edição, que tem como objetivo divulgar a opinião de estudiosos, pesquisadores, políticos e personalidades, enfocando temas como meio ambiente, habitação, economia, cultura e política.

Em relação à gestão da Habitação foram iniciados os Planos de regularização das ZEIS para as áreas de Mata Escura, Centro Histórico - 7ª Etapa, que deverão ser concluídos até junho/2013. Para elaboração desses Planos de Regularização, esta sendo realizado: Plano de Urbanização; Plano de Regularização Fundiária; e Plano de Ação Social e de Gestão Participativa, específico para cada ZEIS.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, uma ação articulada entre os entes Prefeitura Municipal e Governos Estadual e Federal, destaca o papel da SEDHAM no planejamento de ações voltadas ao atendimento de demanda da população situada nas menores faixas de renda. Ao Município coube a realização das inscrições, promoção do atendimento dos beneficiários, coletando a documentação necessária, cadastrando os beneficiários no CadÚnico do Governo Federal e encaminhando os beneficiários à Caixa Econômica Federal.

Durante o ano de 2012 os atendimentos chegaram a um total de 1.276 famílias. Foram entregues 4.948 unidades habitacionais entre os anos de 2011 e 2012 e está previsto a entrega de mais 656 unidades até o final deste ano. Quanto às inscrições no programa foram abertas novas inscrições chegando a 79.678 famílias inscritas.

No conjunto, estas ações desenvolvidas pela SEDHAM, ao longo de 2012, contribuíram para avançar na implementação de ações relativas ao planejamento urbano-ambiental e, desse modo, na melhoria da qualidade de vida na nossa cidade.

Paulo Sérgio Damasceno Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente

Luciano Pinho de Almeida

Subsecretário

SUMÁRIO

Apresentação	3
I. Planejamento e Desenvolvimento Urbano.....	7
II. Ordenamento do Uso do Solo	14
III. Desenvolvimento Econômico e Inovação	23
IV. Informações para o Desenvolvimento e Gestão Urbana	26
V. Missão a Colômbia (Bogotá e Medellín)	38
VI. Manutenção do SIM - Salvador	40
VII. Elaboração Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQUA ..	40
VIII. Editoração de Periódicos.....	40
IX. Publicação Planejando Salvador	46
X. Elaboração do Anuário Estatístico de Salvador.....	46
XI. Habitação	48
XII. Tecnologia da Informação	54
XIII. Atividades Administrativas.....	55
XIV. Participação em Conselhos e Comissões	56
XV. Capacitação de Servidores e Participação em eventos.....	57

I. Planejamento e Desenvolvimento Urbano

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM realizou durante o ano de 2012 uma série de atividades de planejamento e elaboração de projetos, visando melhorar a qualidade urbano-ambiental da Cidade de Salvador. A elaboração e implementação dessas atividades tiveram como foco a requalificação ambiental, funcional e paisagística de espaços públicos de interesse popular e/ou turístico, bem como a constante busca de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos soteropolitanos. Nesse contexto, foram desenvolvidos os seguintes estudos e projetos:

1. Adequação do PDDU 2008

Esse trabalho consistiu na elaboração de propostas de adequação do PDDU as demandas colocadas pelos novos projetos de intervenção na cidade. Foi avaliado o conteúdo da Lei n.º 7.400/08 e as possíveis adaptações necessárias. O resultado do presente trabalho se configurou na Lei n.º. 8.197/2012.

2. Proposta da Nova LOUOS Contendo Adequações do Uso e Ocupação do Solo ao PDDU/2008.

Considerando que a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUOS foi elaborada em 1984 e que, desta data até os dias atuais, o município já teve três Planos Diretores diferentes (1985, 2004, 2008), a adaptação dessa lei específica para o uso e ocupação do solo aos novos regramentos gerais do desenvolvimento urbano torna-se uma necessidade. Assim, com a aprovação da Lei n.º. 7.400/08, novas adaptações se fizeram necessárias. Tendo em vista que tanto o Título VIII quanto as disposições finais do PDDU/2008 abordam diversas questões relacionadas com o ordenamento do solo em nível de macro planejamento, a escala das modificações necessárias excedia o que seria possível fazer através de modificações pontuais.

A SEDHAM optou por imprimir maior embasamento técnico a esse conjunto de alterações no ordenamento do uso e ocupação do solo urbano do município congregando-os em uma proposta de um novo diploma legal. Assim, partindo do conhecimento acumulado em um conjunto de esforços prévios feitos anteriormente com finalidades correlatas, foi estruturada uma proposta de nova Lei de Ordenamento

do Uso e Ocupação do Solo de Salvador. O resultado do presente trabalho se configurou na Lei nº. 8.167/2012.

3. Regulamentação de Zonas de Proteção Ambiental – ZPAMs.

Uma das determinações do PDDU, no Capítulo do Zoneamento, estabelece que para a organização do uso e da ocupação do solo, uma das zonas passível de ser implementada é a Zona de Proteção Ambiental – ZPAM, que se destina prioritariamente à conservação ambiental, ao uso sustentável dos recursos naturais, usos residenciais de baixa densidade populacional e atividades de recreação e lazer da população. Assim, encontra-se em processo de elaboração estudos para a regulamentação ZPAM da Ilha de Bom Jesus dos Passos.

4. Projeto de Lei contemplando as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística – APCP

Após a aprovação e publicação da Lei 7.400/08 que alterou a Lei 6.586/08 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, foi necessário adequar o plano de regulamentação das APRN e APCP iniciado em 2005. De acordo com a Lei Nº. 7.400/08, as Áreas de Proteção Culturais e Paisagísticas – APCPs integram o Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM, no seu Subsistema de Áreas de Valor Urbano Ambiental, sendo estas destinadas à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, pluralidade e diversidade de manifestações, formas de expressão das identidades da sociedade local e para a imagem ambiental urbana. Estas APCPs foram submetidas à aprovação do IPHAM, sendo posteriormente analisadas e aprovadas.

Ao longo de 2012 foi priorizada a revisão das áreas que já tinham o projeto de regulamentação em estágio avançado, e àquelas que passaram a ser exigidas face à sua localização em áreas de valor imobiliário. Assim, a Lei °. 8.165/2012 regulamentou as seguintes APCPs: Ladeira da Barra / Santo Antonio da Barra; Encosta da Vitória e Encosta do Canela; Monte Serrat; Colina e Baixa do Bonfim; Penha / Ribeira; Ponta de N. S. de Guadalupe e Loreto, na Ilha dos Frades; Bom Jesus dos Passos, na Ilha de Bom Jesus dos Passos.

Foi também encaminhada a Minuta Projeto de Lei para as seguintes APCPs: São Tomé de Paripe; Candomblé Terreiro do Bate Folha – Manso Banduquemqué;

Encosta de Ondina / São Lázaro; Corsário; Jardim de Aláh; Parque Histórico de Pirajá; Candomblé Onzó Nguzo za Dandalunga ye Tempo – Terreiro Mokambo e Piatã.

5. Processo de elaboração do Plano de Trabalho para a Regulamentação da Área de Proteção dos Recursos Naturais – APRN.

As Áreas de Proteção aos Recursos Naturais – APRNs, também integrantes do SAVAM, são destinadas à conservação de elementos naturais significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental urbano, tendo sido iniciado os estudos particularmente da Lagoa dos Pássaros e de Pituaçu.

As Áreas de Proteção de Recursos Naturais instituídas na Lei nº. 7.400/08 (PDDU/2008) buscam salvaguardar o patrimônio ambiental existentes nos limites do município de Salvador. Ao delimitar tais áreas, o Poder Público Municipal confere tratamento diferenciado no que se refere aos parâmetros de ocupação do solo, bem como a necessidade de planos específicos de manejo dessa ocupação, de modo a subsidiar tecnicamente os usos possíveis e proibidos aos quais pode se destinar a área.

No caso da APRN de Pituaçu, não resta dúvida do imenso patrimônio ambiental que ela encerra. Sendo assim, coube à SEDHAM deflagrar o processo de elaboração da Regulamentação. A COPLAN/SEDHAM bem como outros órgãos técnicos que atuam no sentido de proteger o patrimônio ambiental do município, a exemplo da Superintendência de Meio Ambiente – SMA envidaram esforços no sentido de compor o Plano de Trabalho descrevendo as etapas, subsídios necessários e produtos esperados para a Regulamentação da APRN de Pituaçu. Na Lei nº. 8.164/2012 foram regulamentadas as seguintes APRNs: Pituaçu; Mata dos Oitis e Manguezal do Rio Passa Vaca.

Também foi elaborado o Plano de Regulamentação da APRN Jaguaribe. O objetivo deste estudo é a elaboração do Plano de Regulamentação da Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN Jaguaribe, localizada ao longo da Avenida Luis Viana Filho, compreendendo um conjunto de diretrizes para intervenções integradas (urbanísticas e de ordenamento do uso do solo) na região. A atividade desenvolvida consistiu na elaboração do plano de trabalho onde são detalhados todos os passos a

serem dados na consolidação do estudo; identificando as bases de dados para as análises a serem realizadas.

Como produto espera-se obter os Instrumentos de regulamentação: Minuta de Lei do Plano de Regulamentação da APRN de Jaguaribe e Programas e Projetos Estratégicos. Minuta Projeto de Lei das APRN de Aratu e APRN das Bacias do Cobre e do Paraguari.

6. Elaboração de estudos para formatação de Minuta de Projeto de Lei para Regularização de quatro Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

Por conta dos trabalhos financiados pelo programa Aliança de Cidade para a elaboração da legislação geral para Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS de Vazios e Ocupadas deu-se início à segunda etapa dessa ação: a elaboração de planos de regularização para quatro ZEIS pilotos: Centro Histórico – 7ª Etapa, Mata Escura / Calabetão , São Marcos e Pau da Lima. Quanto ao Centro Histórico – 7ª. Etapa foi contratada a empresa que está desenvolvendo o Projeto de Regulamentação desta ZEIS. A equipe está acompanhando todas as etapas do projeto, inclusive participando de reuniões com as comunidades e representantes. Mata Escura / Calabetão a equipe construiu Plano de Trabalho e Edital pra Licitação, e está acompanhando todo o processo licitatório. Para a lei geral de ZEIS, a equipe está em processo de análise e avaliação da Minuta elaborada e para enriquecer será realizado um seminário neste mês de dezembro.

7. Colaboração técnica a Projetos de Mobilidade e da Arena Fonte Nova com vistas ao atendimento às exigências para realização Copa 2014 - FIFA junto aos órgãos Estaduais e Municipais

Essa atividade consistiu na participação da equipe da SPSE/COPLAN /SEDHAM em reuniões ocorridas entre os diversos órgãos da PMS e do Governo do Estado envolvidos com os trabalhos de Mobilidade e de Acessibilidade à Arena Fonte Nova nas avaliações dos projetos visando atender às exigências para a realização da Copa 2014.

8. Elaboração da minuta de Projeto de Lei de Hierarquização Viária de Salvador.

Considerando que a Lei de Hierarquia Viária de Salvador foi elaborada no ano de 1996 (Lei 5177/96) e que a dinâmica do crescimento urbano impõe ao poder público o seu acompanhamento, faz-se necessária a atualização visando à adequação às demandas atuais, tanto de tráfego como de uso e ocupação do solo. Encontra-se em elaboração um estudo para a revisão da referida lei para posterior formatação de minuta de lei e envio ao Poder Legislativo Municipal.

Programa de Obras Viárias – PROVIA. A TTC Engenharia de Tráfego e de Transportes Ltda., elaborou um Sumário Executivo, apresentando o desenvolvimento de um *estudo exploratório* de expansão do sistema viário, com a proposição de solução viária para 21 locais com problemas críticos do trânsito, sendo que 12 deles estão localizados na AUC - Área Urbana Consolidada de Salvador e o restante vinculado ao traçado da proposta de um sistema de transporte coletivo operado por *ônibus de grande capacidade* e com *efetiva prioridade de circulação* no tráfego geral, o qual é internacionalmente conhecido como BRT (BUS RAPID TRANSIT).

O sensível crescimento antevisto seja de imóveis e/ou empregos, somados às atuais condições de tráfego da Cidade do Salvador, onde se observam condições de trânsito já saturado, devido ao alto volume de veículos provenientes dos vários bairros distribuídos ao longo do viário existente para acessar o centro da cidade, torna imprescindível a implantação de novas infra-estruturas *viária* e de *transporte coletivo* para atender às necessidades decorrentes dessa nova realidade, no momento presente e em seu futuro imediato.

Linha Viva. A Linha Viva, parte integrante do programa Salvador Capital Mundial, foi concebida para ser uma via Expressa, com 20,0 (vinte) km de extensão, pista dupla e 3 (três) faixas de tráfego por sentido, com 9 (nove) conexões com o sistema viário existente, do tipo viadutos, alças e rampas, e 20 (vinte) ligações viárias simples, tipo viaduto.

Ela será implantada usando a faixa de domínio das linhas de Transmissão da CHESF. Ela será pedagiada e a sua construção está prevista para ser sob o regime de Parceria Público Privada (PPP). Permitirá uma ligação direta do Acesso Norte ao Aeroporto, ou seja, do Centro Tradicional e Histórico de Salvador à CIA - Aeroporto (BA – 526) e a Estrada do Coco (BA – 099), através da conexão com a Avenida Mário

Leal Ferreira (Vale do Bonocô) necessitando um tempo menor que 15 (quinze) minutos para o seu percurso, resultando na melhoria da mobilidade.

A sua localização está ao norte da Avenida Luís Viana, apresentando uma opção de apoio à mesma, que já apresenta problemas para atender ao fluxo de veículos, reduzindo o tráfego na região do Centro do Iguatemi, ponto de conflito de tráfego.

Esta via traz benefícios aos bairros de Pernambués, Cabula, Retiro, Saboeiro, Narandiba, Imbuí, Sussuarana, São Rafael/São Marcos, Alphaville II, Bairro da Paz, Mussurunga e São Cristóvão e também ao Centro Administrativo da Bahia – CAB, Parque de Pituáçu, a região chamada “Miolo” de Salvador Centro Tecnológico da Bahia.

A Linha VIVA está com o projeto em fase de final. Foi republicado, em 31 de julho de 2012, o decreto que torna de utilidade pública para fins de desapropriação, a área de 4.643.801 metros quadrados. Isto permitirá a Prefeitura Municipal de Salvador buscar recursos para arcar com os custos de desapropriação e também viabilizar recursos junto ao governo federal ou instituições privadas, se o modelo de PPP for adotado para a viabilização da obra.

Avenida Atlântica. A Avenida Atlântica, parte integrante do programa Salvador Capital Mundial, foi concebida para ser uma via de trânsito rápido, com uma extensão de 14,6 (vinte) KM, pista dupla e 3 (três) faixas de tráfego por sentido, com 8 (oito) conexões com o sistema viário existente, sendo 12 (doze) do tipo viaduto, 4 (quatro) túneis/trincheiras suas alças e rampas, e 2 (duas) ligações viárias simples, tipo viaduto e uma Ponte Suspensa sobre o Parque Metropolitano de Pituáçu.

Opção de apoio à Avenida Luiz Viana, localizada ao Sul da mesma, criando uma ligação direta desde o Centro de Convenções e Avenida Luís Eduardo Magalhães até os bairros de Mussurunga e Itapuã. Atende também as regiões do Imbuí, Boca do Rio, Jardim Imperial, Parque de Pituáçu, Patamares, Piatã, Alto do Coqueirinho, Bairro da Paz e Aeroporto Internacional.

Prevê-se um tempo menor que 15 (quinze) minutos para o seu percurso, beneficiando uma população de 430 mil moradores, residentes na sua área de influência direta, trazendo melhoria na mobilidade.

9. Elaboração de Propostas de Regulamentação do Conselho Municipal de Salvador – CMS

O Conselho Municipal de Salvador - CMS, órgão de participação social no planejamento urbano municipal, de caráter deliberativo em matérias relativas à habitação, saneamento, mobilidade e planejamento territorial, e consultivo em outras matérias correlatas, foi criado no bojo da Lei n.º 7.400/08 (PDDU/2008). Em 2009, durante a realização da IV Conferência Municipal de Salvador, foram definidos os 41 membros titulares e os seus respectivos suplentes. Em função de indefinição quanto à substituição do antigo Conselho de Desenvolvimento Urbano – CONDURB pelo novo CMS, haja vista as suas pautas comuns, houve um relativo atraso para a sua implantação. No ano de 2010, por força de um parecer da Procuradoria Geral do Município de Salvador – PGMS foi sanada a referida dúvida envolvendo CONDURB e CMS, tendo sido autorizado o seu funcionamento, e assim iniciados os trabalhos para sua implantação.

Em 2012, feitos os contatos com as instituições definidas para compor o CMS de modo a que essas enviassem oficialmente o nome de seus representantes. A comissão foi instituída SEDHAM, que passou a estruturar a versão final do Decreto de Nomeação e do Decreto de Regulamentação do CMS, após parecer da PGMS indicando as correções necessárias na versão preliminar. Assim, foram concluídos os dois documentos, posteriormente encaminhados à Casa Civil para os trâmites necessários à sua publicação e, conseqüentemente, à implantação em definitivo do Conselho Municipal de Salvador.

10. Transformação de áreas nas localidades de Bananeiras, Periperi, Nova Constituinte e Escada em Zonas Especiais de Interesse Social.

Estabelecidas as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, já configuradas na Lei nº 7.400/08 (PDDU/2008), o mesmo diploma legal estabelece os procedimentos para a criação de novas ZEIS em atendendo a dinâmica urbana da cidade. Para tanto, torna-se necessário um projeto de lei, que pode ser de iniciativa tanto do Poder Público Municipal quanto do Poder Legislativo Municipal, além de iniciativa popular, da própria comunidade interessada. Sendo assim, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR encaminhou à SEDHAM solicitação no sentido de converter ocupações estabelecidas nas localidades de Escada, Bananeiras,

Periperi e Nova Constituinte em novas ZEIS, tendo em vista a necessidade da existência desse estatuto para que a SEDUR possa intervir. Nesse sentido, técnicos da COPLAN/SEDHAM foram incorporados à tarefa de analisar a normalização destinada à ZEIS, com o acompanhamento de técnicos da SEDUR, proceder a visitas *in loco* em cada uma das áreas, de modo a verificar se as mesmas se enquadram nos critérios de caracterização das ZEIS. Constatado o cumprimento desses critérios, os técnicos da COPLAN/SEDHAM estão concluindo o parecer necessário para a conversão dessas áreas em ZEIS, devendo, ao final, o mesmo ser encaminhado para as instâncias competentes a fim de que sejam construídos os projetos de lei necessários a esta conversão.

11. Emissão de pareceres em Processos.

No desenvolvimento dos trabalhos de rotina de análise de processos, foram analisados e encaminhados 60 processos do total de 127 recebidos, até o dia 28 de novembro de 2012 pela COPLAN.

II. Ordenamento do Uso do Solo

1. Análise de Empreendimentos e Atividades e Aplicação de Instrumentos de Política Urbana no Município.

A SEDHAM, em atendimento as suas finalidades regimentais, atuou no ano de 2012 na análise de empreendimentos e atividades em implantação no território de Salvador nas situações em que é requerida a apreciação da Secretaria por determinação legal ou administrativa. Essas situações abrangem especialmente:

Análise de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo para empreendimentos que utilizam a Outorga Onerosa e a Transferência do Direito de Construir (TRANSCON);

Procedimentos de cálculo para cobrança da Outorga Onerosa e de outras contrapartidas financeiras exigidas por Lei;

Orientação prévia para empreendimentos e atividades localizados em áreas integrantes do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural – SAVAM;

Avaliação dos despachos finais da SUCOM em processos enquadrados nas situações previstas na Portaria nº 35/2009 da SEDHAM.

Dentre as situações sujeitas à avaliação exclusiva da SEDHAM destacam-se as solicitações de Análise de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo para empreendimentos que utilizam a Outorga Onerosa e a Transferência do Direito de Construir (TRANSCON) e também os cálculos para cobrança da Outorga Onerosa e das contrapartidas exigidas pela utilização de outros instrumentos da Política Urbana.

A Outorga Onerosa e a Transferência do Direito de Construir (TRANSCON) são dois instrumentos jurídico-urbanísticos que ganharam expressão nacional a partir da promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 e que possibilitam a ampliação do Potencial Construtivo de terrenos edificáveis, de acordo com os limites predeterminados para cada zona de uso e ocupação do solo definida pelo Plano Diretor municipal.

No caso de Salvador, o Plano Diretor institucionalizado pela Lei nº 7.400/2008 determina que a avaliação dos possíveis impactos decorrentes da utilização de Potencial Adicional Construtivo por meio da TRANSCON e da Outorga Onerosa é indispensável para os empreendimentos que pretendam utilizar Coeficiente de Aproveitamento superior a 20% do limite estabelecido pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) da zona em que se localiza o imóvel. Esta análise é realizada em processo próprio, protocolado na SEDHAM, e resulta na emissão de Certificado de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo após a avaliação do incremento construtivo.

Também são realizados pela SEDHAM os cálculos para a cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir e das contrapartidas exigidas por Lei nos casos de utilização do pavimento de cobertura das edificações na Área de Borda Marítima e, também, pela utilização de parâmetros mais permissivos em relação à legislação preexistente, como no caso dos gabaritos de altura das edificações da Área de Borda Marítima majorados pelo atual Plano Diretor em relação aos fixados pela Lei nº 6.586/2004, do Plano Diretor de 2004. Os procedimentos de cobrança da Outorga Onerosa são realizados pela Fundação Mário Leal Ferreira e a contrapartida financeira é recolhida pela SEFAZ. As demais contrapartidas são recolhidas diretamente pela Fundação Mário Leal Ferreira por se tratarem de recursos consignados como próprios deste órgão para as finalidades a que se destinam.

Outra atribuição da SEDHAM é a instrução de processos de Análise de Orientação Prévia (AOP) de empreendimentos e de Viabilidade de Localização (TVL) de atividades inseridos em áreas integrantes do SAVAM e ainda não regulamentadas nas categorias de Áreas de Proteção de Recursos Naturais (APRN) e de Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP). Esse tipo de análise também compreende os empreendimentos e atividades inseridos nas quatro Áreas de Proteção Ambiental (APA) instituídas no território de Salvador pelo Governo do Estado da Bahia.

Em decorrência da Portaria nº 035, baixada pela SEDHAM em 2009, devem ser remetidos para validação desta Secretaria os despachos finais da SUCOM em processos de licenciamento de empreendimentos cujos projetos forem de autoria ou tenham sido objeto de consultoria de servidores do órgão de licenciamento. Em primeira instância esses processos são instruídos pelas coordenadorias da Diretoria Geral de Urbanismo e Meio Ambiente – DGUM, sendo posteriormente encaminhados ao Diretor Geral e ao Secretário da SEDHAM para o despacho final.

As informações integrantes dos Certificados de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo, bem como outras arquivadas na Coordenadoria de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – COUSO, compõem um importante conjunto de dados e informações referentes aos empreendimentos aprovados no território de Salvador. Esse acervo vem sendo sistematizado por meio de planilhas eletrônicas e ferramentas de geoprocessamento visando à estruturação de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) capaz de fornecer indicadores sobre o uso e ocupação do solo em Salvador e possibilitar a avaliação da eficácia dos instrumentos da Política Urbana municipal.

2. Balanço geral das solicitações.

Considerando os dados disponíveis na COUSO/ SEDHAM para o período de 30/10/2011 a 23/11/2012, desde o último balanço realizado para o relatório de 2011 ocorreram 660 tramitações de processos nessa Coordenadoria referentes a 418 solicitações.

Na Tabela 1 os processos administrativos encontram-se agrupados por assunto, segundo a identificação de capa. Na categoria de “Outras Solicitações” foram reunidos assuntos variados, como pedidos de informações e diligências dos Ministérios Públicos Estadual e Federal bem como de órgãos da Administração Municipal e Estadual, além de demandas administrativas, dentre outras.

TABELA 1
Processos em tramitação na COUSO, por assunto, no período de 30/10/2011 a 23/11/2012

ASSUNTO	PROCESSOS	%
Potencial Adicional Construtivo	141	33,7
Licença para Construção ou Ampliação e Reforma	81	19,4
Licença para Instalação de Equipamentos de Segurança	62	14,8
Reconsideração de Despacho	36	8,6
Licença para Adequação de Edificação à Legislação	29	6,9
AOP de Parâmetros Urbanísticos	10	2,4
Viabilidade de Localização	7	1,7
Licença para Loteamento	1	0,2
Outras Solicitações	51	12,2
TOTAL	418	100,0

Fonte: Coordenadoria Central de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo — COUSO/ SEDHAM

Alguns dos assuntos da tabela reportam-se diretamente ao objeto de análise da SEDHAM, a exemplo da Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo, da AOP de Parâmetros Urbanísticos e da Viabilidade de Localização para atividades. Por sua vez, processos de Licença para Construção, Licença para Ampliação ou Reforma, Reconsideração de Despacho e Licença para Instalação de Equipamentos de Segurança (Proteção Contra Incêndio e Pânico) foram encaminhados à secretaria para procedimentos de cobrança de contrapartidas financeiras, ou, ainda, por força da já mencionada Portaria nº 035/2009.

No que se refere à Análise de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo, considerado o período abrangido por este relatório, tramitaram na SEDHAM um total de 141 solicitações, sendo que alguns processos ainda não haviam sido concluídos até 23/11/2012.

3. Certificados emitidos

Entre 30/10/2011 e 23/11/2012 foram emitidos 59 Certificados de Viabilidade de Potencial Adicional Construtivo para empreendimentos de porte e uso variado localizados nas diversas zonas de Salvador; esses empreendimentos perfazem uma Área Construída Total (contabilizada para efeito do Coeficiente de Aproveitamento) de 458.845 m², dos quais 187.971 m² correspondem ao Potencial Adicional Construtivo autorizado pela SEDHAM.

Em termos percentuais, o Potencial Adicional Construtivo representa 41% da Área Construída Total e um incremento de 69% em relação ao Potencial Construtivo possibilitado pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) das zonas.

Cerca de 90% das solicitações para as quais foram emitidos Certificados correspondem a usos multiresidenciais do tipo Edifício de Apartamentos ou Grupo de Edifícios de Apartamentos (subcategoria de uso R-3), sendo as demais de usos comerciais e de serviços, ou mistos. Conjuntamente, as 59 solicitações que tiveram Potencial Adicional Construtivo autorizado pela SEDHAM resultam na oferta de 5.254 unidades residenciais de padrão variado e 1.111 unidades comerciais e de serviços, perfazendo um total de 6.365 novas unidades imobiliárias e 12.600 vagas para estacionamento de veículos.

Na Tabela 02 os dados se encontram consolidados por ano, incluindo o resultado parcial de 2012, o que permite a comparação dos cinco anos decorridos desde a aprovação do Plano Diretor em 2008. Mesmo considerando o resultado parcial do ano em curso, observa-se que o total de Certificados de Viabilidade emitidos pela SEDHAM já é próximo do resultado final de 2010, o mesmo acontecendo com os demais indicadores. Os anos de 2010 e 2011 foram aqueles com maior número de solicitações, embora os anos de 2008 e 2009 permaneçam como os de maior utilização de Área Construída e de Potencial Adicional Construtivo, além de serem também os com maior oferta de unidades imobiliárias.

TABELA 2

Certificados de Potencial Adicional Construtivo, segundo o ano de emissão, no período de março de 2008 a novembro de 2012

ANO	CERTIFICADOS EMITIDOS	POTENCIAL ADICIONAL CONSTRUTIVO	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	UNIDADES IMOBILIÁRIAS (UI)	VAGAS PARA VEÍCULOS
2008	78	216.560 m ²	677.987 m ²	10.084	6.816
2009	56	287.499 m ²	878.638 m ²	9.280	13.654
2010	90	176.403 m ²	459.213 m ²	5.477	12.800
2011	86	203.032 m ²	522.603 m ²	7.225	13.983
2012	* 51	178.572 m ²	430.781 m ²	5.970	11.924
TOTAL	361	1.062.066 m²	2.969.222 m²	38.036	59.177

* Resultado parcial do ano, abrangendo o período de 1º/01/2012 até 23/11/2012.

Fonte: Coordenadoria Central de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo — COUSO/ SEDHAM

Deve-se ressaltar que, embora relevantes, esses indicadores não se prestam isoladamente a aferir expectativas ou tendências de mercado, até por que os empreendimentos são lançados num horizonte de até 2 anos e alguns nem chegam a se concretizar.

Retornando a análise para o período de 30/10/2012 a 23/11/2012, a distribuição da Área Construída dos empreendimentos e a quantidade de solicitações segundo a Zona de Concentração de Usos e a localidade/ bairro em que se situam podem ser avaliadas na Tabela 3.

Analisando o indicador “Área Construída Total”, verifica-se que, dentre as Zonas Predominantemente Residenciais – ZPR, a maior incidência ocorre na ZPR-5, zona que abrange os bairros mais centrais de Salvador, vindo em seguida as ZPR-8 e ZPR-4, que compreendem os bairros da Orla Atlântica de Salvador desde a Pituba até Piatã, incluindo, também, o Imbuí e Patamares. Dentre as zonas não-residenciais, o Centro Municipal Camaragibe (CMC) destaca-se isoladamente como a de maior concentração de Área Construída e de Potencial Adicional Construtivo aprovado. Apesar de já densamente ocupado, o CMC mantém o interesse imobiliário ao longo dos anos, concentrando alguns dos terrenos mais valorizados da Cidade, seja pela localização estratégica em relação aos eixos de desenvolvimento do Município, seja pela função de principal centro de negócios da capital baiana, como também pelo Potencial Construtivo, uma vez que a legislação urbanística atribui a este centro o maior Coeficiente de Aproveitamento dentre as zonas de concentração de uso de Salvador.

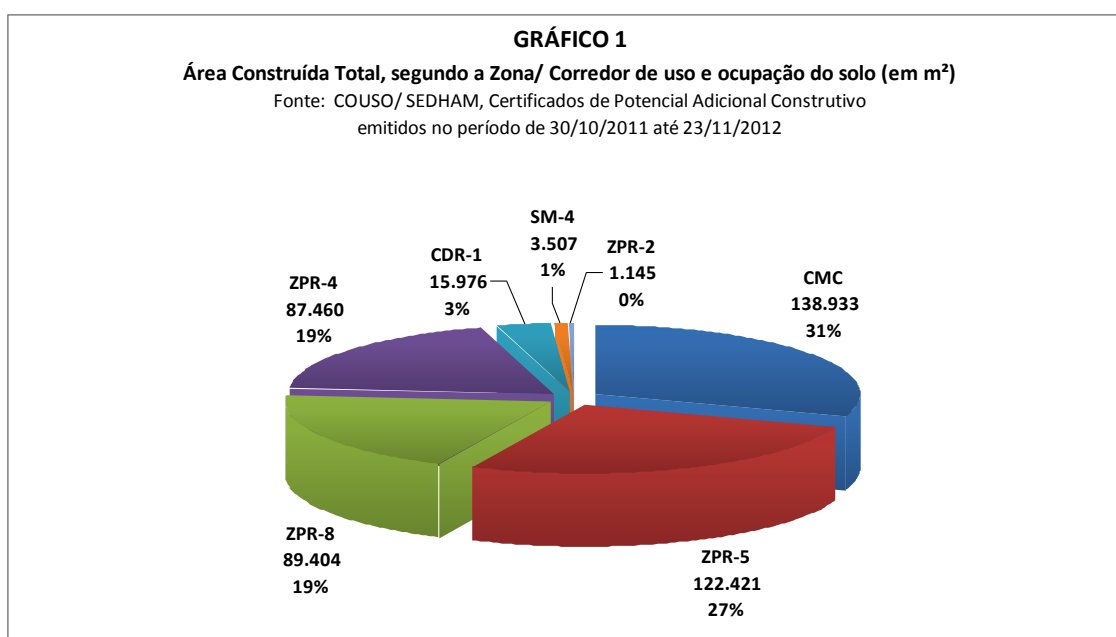
TABELA 3

Área Construída Total e quantidade de empreendimentos analisados no período de 30/10/2011 até 23/11/2012, segundo a zona de concentração de usos e a localidade/ bairro nas quais se localizam

ZONA	LOCALIDADE/ BAIRRO	ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (em m ²)	EMPREENDIMENTOS ANALISADOS
CMC	Centro Camaragibe	138.933	5
ZPR-5	Brotas, Horto Florestal, Barra, Ondina, Cabula, Graça, Vitória, Vila Laura, Matatu, Rio Vermelho, Garcia e Federação	122.421	24
ZPR-8	Pituba, Armação, Costa Azul e Imbuí	89.404	18
ZPR-4	Boca do Rio, Pituaçu e Patamares	87.460	7
CDR-1	Brotas (Vasco da Gama)	15.976	1
SM-4	Pituba	3.507	2
ZPR-2	Itapuã e Stella Maris	1.145	2
TOTAL		458.845	59

Fonte: Coordenadoria Central de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo — COUSO/ SEDHAM

No Gráfico 1 fica bem demonstrada a concentração de Área Construída decorrente de novos empreendimentos em Salvador, evidenciando-se que o CMC e as ZPR-5, ZPR-8 e ZPR-4 respondem conjuntamente por 96% da Área Construída dos empreendimentos analisados, enquanto o Corredor Regional da Avenida Vasco da Gama (CDR-1), o Subcentro Municipal da Pituba (SM-4) e a Zona Predominantemente Residencial ZPR-2, respondem conjuntamente pelos 4% restantes. É notável, também, a participação expressiva da ZPR-5, com 27%, e das ZPR-8 e ZPR-4, com 19% cada uma.

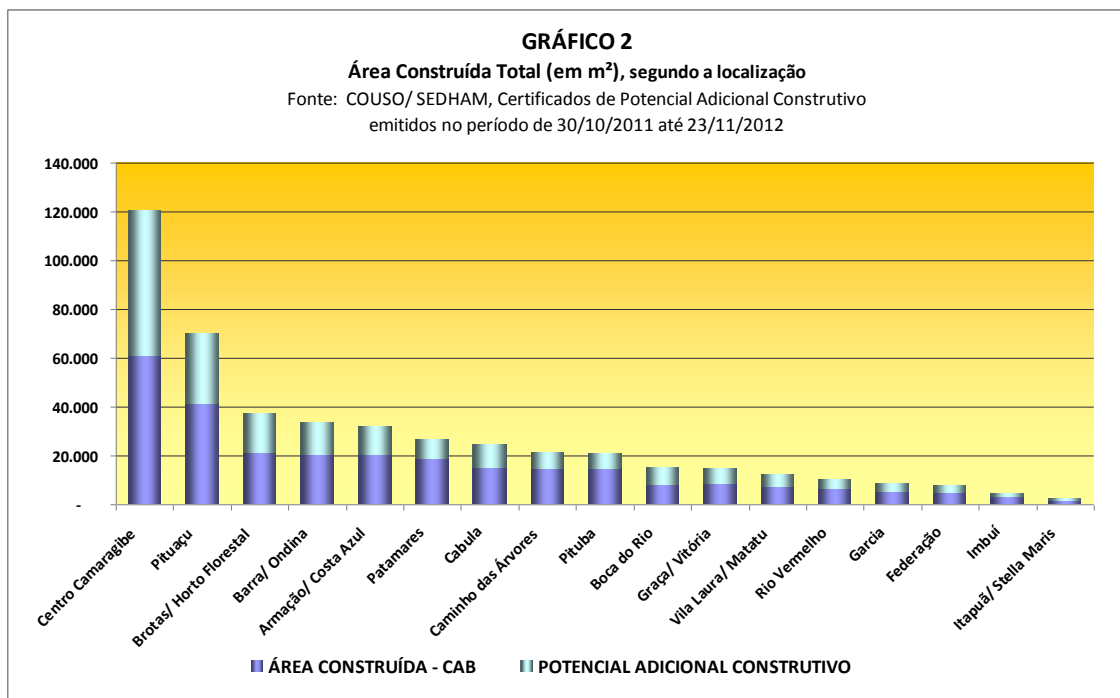


Avaliando o indicador “Empreendimentos Analisados” na Tabela 3, observa-se que as Zonas Predominantemente Residenciais que concentram maior porção de Área Construída são também as que reúnem a maior quantidade de empreendimentos. Na ZPR-5 e na ZPR-8, que respondem por 46% da Área Construída, localizam-se 71% dos empreendimentos analisados no período, enquanto na ZPR-4, que isoladamente responde por 19% da Área Construída, localizam-se apenas 12% dos empreendimentos. Por sua vez, o CMC concentra 31% da Área Construída e 8% dos empreendimentos.

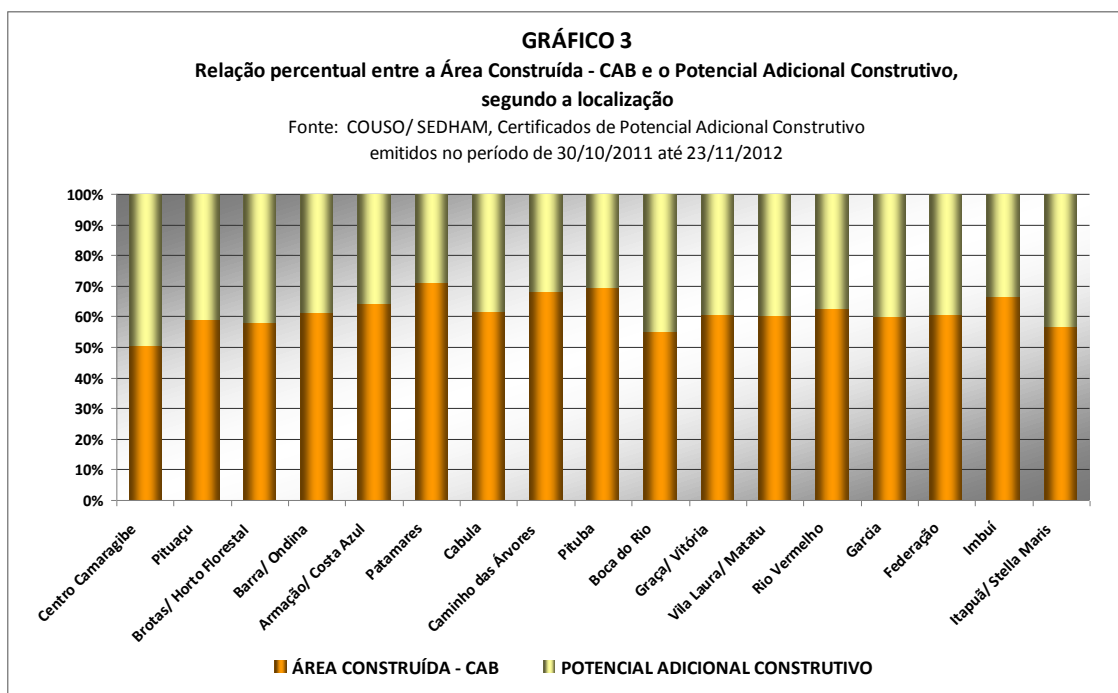
Os números da Tabela 3 também podem indicar diferentes perfis de empreendimentos em cada uma das zonas. As ZPR-5 e ZPR-8 são zonas de ocupação consolidada nas quais os novos empreendimentos se viabilizam principalmente pela substituição dos antigos padrões de uso do solo. Nas duas zonas, os coeficientes de aproveitamento definidos pela legislação urbanística viabilizam empreendimentos multiresidenciais de pequeno e médio porte sem a necessidade de remembramento de grande número de lotes dos parcelamentos existentes.

A ZPR-4, apesar de ter menor Coeficiente de Aproveitamento que as anteriores e de estar submetida a restrições de gabarito de altura para as edificações, ainda dispõe de terrenos vazios ou subutilizados que possibilitam empreendimentos de grande porte, como vem acontecendo em Pituaçu. A situação do CMC diverge desse padrão, uma vez que se trata da zona com os maiores Coeficientes de Aproveitamento de Salvador, o que viabiliza empreendimentos de grande porte mesmo em lotes com dimensões medianas.

Nos Gráficos 2 e 3 pode ser observada a distribuição espacial da Área Construída dos empreendimentos analisados, bem como do incremento possibilitado pelos instrumentos de Política Urbana que se baseiam na emissão do Certificado de Potencial Adicional Construtivo, ou seja: a Outorga Onerosa e a Transferência do Direito de Construir (TRANSCON).



O Gráfico 2 permite a comparação da Área Construída Total e o Potencial Adicional Construtivo autorizado pela SEDHAM nas diversas localidades/ bairros de Salvador. Dentre as localidades integrantes da ZPR-4, especialmente Boca do Rio, Pituaçu e Patamares, verifica-se que o maior montante de Área Construída e também de Potencial Adicional Construtivo está concentrado em Pituaçu, o que pode ser explicado pela expressiva participação de um único empreendimento multiresidencial que responde sozinho por 45% da área total; na ZPR-05, que abrange as localidades de Brotas / Horto Florestal, Barra / Ondina, Cabula, Graça / Vitória, Vila Laura / Matatu, Rio Vermelho e Garcia, a distribuição é equilibrada em toda a zona; o mesmo ocorre na ZPR-8, correspondente à Pituba, Armação e ao Caminho das Árvores.



O Gráfico 3 possibilita outra leitura dos mesmos dados do Gráfico 2, ressaltando a relação percentual entre a Área Construída permitida pelo Coeficiente de Aproveitamento Básico (CAB) e o Potencial Adicional Construtivo autorizado nas localidades. Na maioria das localidades a relação se mantém em torno de 60% a 50% – proporção semelhante à existente entre o CAB e o CAM zonal, o que indica a utilização do limite máximo de Potencial Adicional Construtivo estabelecido pela legislação urbanística municipal.

III. Desenvolvimento Econômico e Inovação

A Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico e da Inovação – CODEI estruturou-se a partir da fusão das atribuições das extintas Secretaria de Economia, Emprego e Renda (SEMPRE) e Agência de Desenvolvimento Econômico de Salvador (ADESA), passando a compor a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDHAM. Tem por finalidade planejar e executar as políticas de desenvolvimento econômico do município de Salvador.

No contexto do planejamento estratégico da SEDHAM, relativo ao período 2012, quatro ações estratégicas são atribuídas à CODEI, quais sejam (1) Promover a Atração de Empresas e Indústrias Limpas para o Município; (2) Revitalizar

Economicamente Áreas e Setores Estratégicos do Município; (3) Atrair Empresas de Alta Tecnologia; e (4) Fomentar Investimentos no Setor Turístico.

1. Atração de Empresas e Indústrias Limpas para o Município

A política de atração de empresas e indústrias limpas encontra-se estruturada em torno de quatro ações setoriais, quais sejam: (1) Elaborar Diagnóstico Econômico da Cidade; (2) Atrair Empresas de Pequeno Porte (3) Elaborar e Implementar a política de incentivos tributários; e (4) Divulgar o Potencial Econômico da Cidade.

A ação setorial relativa à **Elaboração do Diagnóstico Econômico da Cidade** consiste na revisão periódica da Estratégica Econômica de Salvador, elaborada em 2006. Trata-se de uma ação de natureza contínua que visa ratificar e atualizar as propostas delineadas no referido documento. Visando atingir esse objetivo, a SEDHAM/CODEI realizou, nos dias 12 e 13 de Novembro de 2009, o I Seminário de Economia Soteropolitana para validar e/ou redefinir as estratégias econômicas da cidade em torno de três eixos temáticos, quais sejam: a indústria; os serviços e a espacialização dos investimentos. Os atores sociais participantes do evento ratificaram e ampliaram as idéias constantes no documento “Estratégia Econômica de Salvador”, sobretudo no que tange à necessidade de fomento às atividades relacionadas à indústria náutica e naval, ao setor de Tecnologia de Informação, Turismo e Revitalização de Regiões Estratégicas da cidade. No exercício de 2012, as ações delineadas serviram de base para as atividades relacionadas à atração de empresas.

No que tange à ação setorial relativa à **Atração de Empresas de Pequeno Porte** tem-se que a CODEI mantém a atividade constante de receber empresários de segmentos diversos, interessados em investir em Salvador. Contudo, a materialização desses investimentos está sujeita questões de natureza mercadológica, de discricionariedade das empresas, bem como às condições da economia nacional e internacional, de forma que não se pode garantir ou precisar se e quando estas inversões de fato ocorrerão.

A ação setorial relativa à **Elaboração da Política de Incentivos Tributários** requer a convergência de esforços e articulações a serem feitas entre diversos órgãos governamentais, entidades empresariais e políticas. De forma que a CODEI aponta as propostas constantes na Estratégia Econômica, de 2006, como ponto inicial para futuras intervenções neste sentido.

2. Revitalização Econômica de Áreas Estratégicas do Município

A política de Revitalizar Economicamente Áreas e Setores Estratégicos do Município estrutura-se em torno de três ações setoriais, quais sejam: (1)

Requalificar a RA - II Itapagipe; (2) Construir Shopping Popular para ambulantes; e (3) Implantar o Observatório Econômico.

A ação setorial relativa à **Requalificação da RA - II Itapagipe** passou a ser avaliada em um contexto mais abrangente a contemplar o centro antigo e regiões adjacentes. Desta feita, a CODEI orienta a destinação dos investimentos prioritariamente a essas localidades estratégicas haja vista que a própria legislação tributária do município atribui incentivos fiscais a essas regiões como estímulo à sua revitalização.

A ação setorial relativa à **Construção de Shopping Popular para ambulantes** encontra-se sob análise para se determinar as condições fáticas de sua implementação em face da necessidade da confluência de esforços de vários atores públicos e privados.

A ação setorial relativa à **Implantação do Observatório Econômico** foi efetivada e constitui uma ação permanente da coordenação visando a análise constante dos fatos econômicos relativos à Salvador e outras regiões de influência. Estrutura-se em quatro núcleos, quais sejam: NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas; NACE - Núcleo de Análise da Conjuntura Econômica; BE - Brainstorming Externo; e BEX - Banco de Experiências.

3. Atração Empresas de Alta Tecnologia

A política de Atrair Empresas de Alta Tecnologia estrutura-se em torno de três ações setoriais, quais sejam: (1) Elaborar o Plano de Atração de Empresas de Tecnologia Limpa; (2) Apoiar o Desenvolvimento do Parque Tecnológico; e (3) Atrair Indústria de Call Center para o Centro Antigo de Salvador.

A ação setorial relativa à **Elaboração do Plano de Atração de Empresas de Tecnologia Limpa** foi concretizada à medida que se aprovou os dispositivos constantes no documento “Estratégia Econômica de Salvador”.

A ação setorial relativa ao **Apoio ao Desenvolvimento do Parque Tecnológico** ocorreu via articulação realizada entre a CODEI e os Gestores responsáveis pela implantação do mesmo. Registra-se que o Parque Tecnológico já foi implantado.

A ação setorial relativa à **Atração de Indústria de Call Center para o Centro Antigo de Salvador** foi concretizado via ações coordenadas que remontam às ações da Agência de Desenvolvimento Econômica de Salvador, cujas atribuições agora fazem parte da CODEI.

4. Fomento Investimentos no Setor Turístico

A política de Fomentar Investimentos no Setor Turístico estrutura-se em torno de três ações setoriais, quais sejam: (1) Plano de Atração de Investimentos no Turismo da BTS; (2) Incentivar investimentos no Turismo de Salvador; e (3) Incentivar Investimentos no Turismo Náutico.

As análises e estudos promovidos pela CODEI concluíram que essas ações são interdependentes. Em função disso, optou-se pela elaboração de um plano contínuo de atração de investimentos náuticos em sentido amplo no contexto da Baía de Todos os Santos (BTS). Trata-se de uma atividade complexa e em construção.

IV. Informações para o Desenvolvimento e Gestão Urbana

1. Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador - SICAD: Política de Disponibilização

Em 2012, foram feitos 07 atendimentos de produtos do SICAD, através do link SEDHAM no site da SEFAZ, onde o Documento de Arrecadação Municipal – DAM - pode ser preenchido e impresso (Figura 1), contabilizando até os dias de hoje R\$1.060,65 em arrecadação.

Figura 1 - Trecho da Tabela 2.17 do Decreto 18.905 de 14/10/2008 e Detalhe da tela de preenchimento do DAM para adquirir os produtos SICAD no site da SEFAZ

TABELA 2.17				
PRODUTOS DE GEOPROCESSAMENTO DISPONIBILIZADOS PELA SEDHAM - 2012				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DIMENSÃO	PREÇO UNITÁRIO (RS)	
			SULFITE	GLOSSY PAPER
1.0.0	MÍDIA: PAPEL SULFITE / GLOSSY PAPER			
1.1.0	FOLHA SICAD 2006 - PLANIMÉTRICA - Escala 1:2000 SISTEMA VIÁRIO 2006 + EDIFICAÇÕES DE REFERÊNCIA + TOPONÍMIAS DE VIAS E DAS EDIFICAÇÕES + REDE DE MARCOS	A1	9,22	17,81
1.2.0	FOLHA SICAD 2006 - ORTOFOTOCARTÁ - Escala 1:2000 ORTOFOTO 2006 + SISTEMA VIÁRIO 2006 + EDIFICAÇÕES DE REFERÊNCIA + TOPONÍMIAS DE VIAS E DAS EDIFICAÇÕES + REDE DE MARCOS	A1	37,24	53,88
1.3.0	MAPA TEMÁTICO VETORIAL PADRONIZADO			
1.3.1	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A4	3,54	6,20
1.3.2	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A3	5,03	11,84
1.3.3	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A2	6,54	15,33
1.3.4	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A1	11,02	26,83
1.3.5	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A0	13,27	28,86
1.3.6	MAPA TEMÁTICO VETORIAL	A0 Estendido	23,75	68,65
1.4.0	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO PADRONIZADO			
1.4.1	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A4	5,79	11,05
1.4.2	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A3	8,78	16,46
1.4.3	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A2	20,76	39,12
1.4.4	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A1	37,25	53,77
1.4.5	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A0	73,18	106,98
1.4.6	MAPA TEMÁTICO COM ORTOFOTO	A0 Estendido	95,47	151,36

2. Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM - Mapa Digital do Município do Salvador.

O Mapa Digital teve uma média de acessos acima de 2.000 acessos/mês. Abaixo está a tela do novo aplicativo: SGC-WEB.

Figura 2 - Tela do Novo Aplicativo Mapa Digital do Município de Salvador



Este *site* (www.mapadigital.salvador.ba.gov.br) abriga o aplicativo WEB do Sistema de Gestão Cadastral - SGC, com os dados disponibilizados do Cadastro Técnico Multifinalitário - CTM, já na sua versão final. As atualizações dos dados geográficos (logradouros, lotes de endereçamento, dentre outros) serão realizadas diariamente, quando a versão DESKTOP entrar em produção. Esta versão teve sua versão operacional aprovada em outubro e entrará em produção em dezembro.

Na versão WEB, todos os cidadãos poderão consultar os dados mais atuais produzidos pela SEDHAM. Outros órgãos da PMS e externos terão seus dados não sigilosos disponibilizados neste aplicativo, a exemplo da SUCOM, SEFAZ e EMBASA.

3. CTM - Atualização Cartográfica a partir dos Projetos Licenciados

A COINF/SEDHAM está em processo contínuo de promoção do lançamento dos licenciamentos realizados pela SUCOM sob a base cartográfica de Salvador. Com estes dados, tem-se uma “camada” geográfica que, sobreposta à Base SICAD 2006, a mantém atualizada com os empreendimentos licenciados (construídos ou modificados) após o vício de 2006, o que totaliza, para 2012, 1.687 alvarás de construção, Habite-se e reforma/ampliação digitalizados e lançados (Figura 4).

Figura 3 - Visualização de área com o mapeamento dos Alvarás de Licenciamento Emitidos



4. CTM - Elaboração da Base de Geolocalização

Em parceria com a SEFAZ, está em andamento a elaboração da Base de Geolocalização para o Município do Salvador. Através deste trabalho, será possível a identificação de um lote a partir do seu código ou endereço, ratificando a necessidade de estabelecer uma base única e de uso comum para todos os usuários do SICAD. Estão sendo definidos setores, quadras, lotes territoriais e faces de quadra.

Já foram definidos 45 setores, e estão sendo detalhados **39** destes. Para estes setores foi realizado trabalho complementar com a incorporação dos processos administrativos que tramitam na COINF e através de levantamento de campo, visando definir corretamente a localização dos lotes territoriais e atribuir aos mesmos um código único e conferir o correto endereço a cada um deles.

Foram definidos mais de 123.000 lotes territoriais. Destes, 37.639 foram validados após trabalho de campo e disponibilizados para a SEFAZ, que efetua a identificação das inscrições imobiliárias contidas em cada um deles. Até a presente data, foram identificadas e georreferenciadas 177.296 inscrições imobiliárias. Ou seja: são mais de 177 mil imóveis localizados no mapa.

Figura 4 – Tela com trecho da base de geolocalização com setor, quadras e lotes territoriais – Setor 003 (Pituba e região)

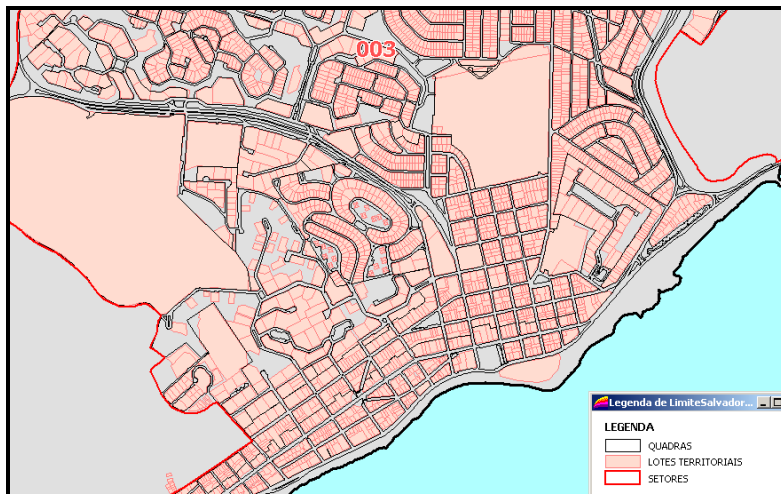


Figura 5 - Trecho da Base de Geolocalização indicando número métrico dos imóveis

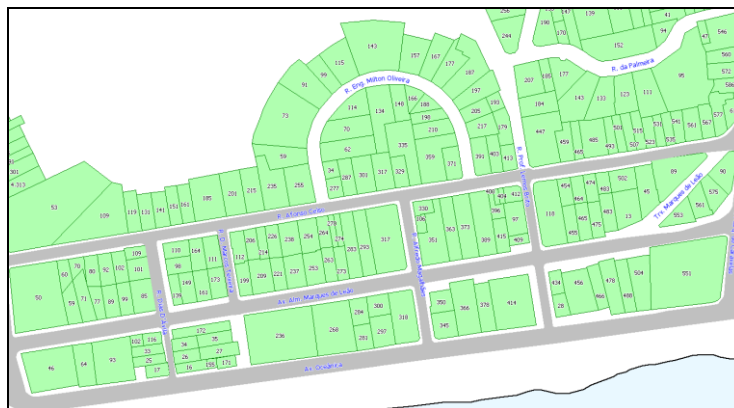


Figura 6 – Situação dos Lotes Iniciais, Intermediários e Finais da Base de Endereçamento (BaseGeo)

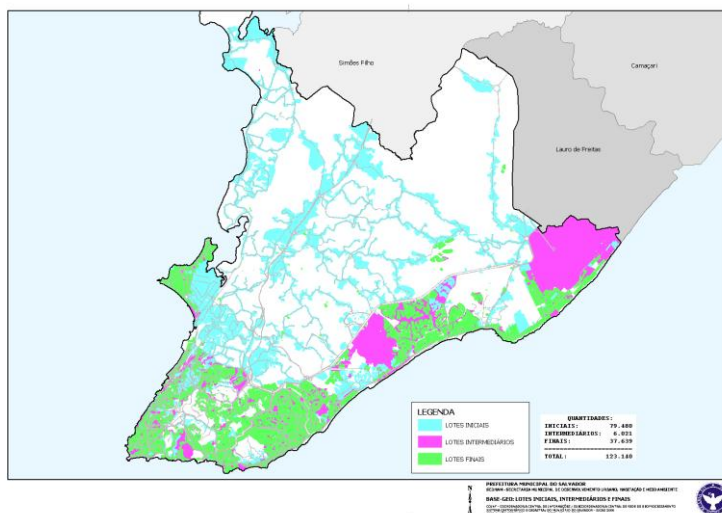


Figura 7 - Tela do aplicativo para sistematização da Base de Geolocalização com o Cadastro Imobiliário da SEFAZ

SQL	SETOR	QUADRA	LOTE	Lote Origem	Cod_Log e Logradouro de Acesso ao Lote	Nº	Observações	Fonte do Dado						
001.00093.00005	001	00003	00005		01019 - Av. Alm. Marques de Leão	318	Centro Empresarial Farol da Barra	SEPLAM						
LEGISLAÇÃO														
RA	Macro zona	Abasço de Cargas	Zonem. Uso do Solo	Comed. de Usos	C.A.B.	C.A.M.	SAVAM	SAVAM Gabarito						
00	0	0	0	0	0	0	0	0						
FATORES														
Fator Con. Terreno	Fator Enruina	Sefaz Imobiliária	Sefaz Fiscalização	Sefaz Planejamento	Sucom	Sefaz Parcelam. Aprovado	Lote Escrutado	Declaração						
0,00	17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
CONFRONTAÇÃO DE ÁREAS DO LOTE TERRITORIAL [em metros quadrados]														
Inscrições Imobiliárias do LOTE - INFORMAÇÕES DA SEFAZ / CTI / SEAVA														
Código Lograd	Número Métrico	Inscrição Imobiliária	Logradouro de Tributação	Localização	Nome do Empreendim	Bloco	Sub-Unid	Tipo SubUnid	Padrão Construtivo	Situação Cadastral	Área do Terreno	Área da Constr.	F.C. Constr.	
10197	318	41.553-7	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	CENTRO EMP FAROL C	101	SL	D-Bom	Normal	36,00	53,00	1,00
10197	318	498.026-3	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	102	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.027-1	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	103	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.028-0	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	104	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.029-0	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	105	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.030-1	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	106	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.031-0	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	107	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.032-8	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	108	AP	D-Bom	Normal	34,00	49,00	1,00
10197	318	498.033-6	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	109	AP	D-Bom	Normal	34,00	49,00	1,00
10197	318	498.034-4	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	110	AP	D-Bom	Normal	34,00	49,00	1,00
10197	318	498.035-2	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	111	AP	D-Bom	Normal	34,00	49,00	1,00
10197	318	498.036-0	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	201	AP	D-Bom	Normal	36,00	53,00	1,00
10197	318	498.037-9	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	202	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.038-7	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	203	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.039-5	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	204	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.040-3	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	205	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.041-7	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	206	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.042-5	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	207	AP	D-Bom	Normal	36,00	54,00	1,00
10197	318	498.043-3	10197	Av. Alm. Marq	10197	Av. Alm. Marq	C. E FAROL DA BARRA	208	AP	D-Bom	Normal	34,00	49,00	1,00

5. CTM - Digitalização de Parcelamentos

Foram digitalizados e inseridos na Cartografia Digital 268 poligonais de parcelamentos. Destes, 125 já foram detalhados com delimitação das quadras, lotes, áreas públicas e outros dados.

Figura 8 - Planta digitalizada e georreferenciada de um parcelamento

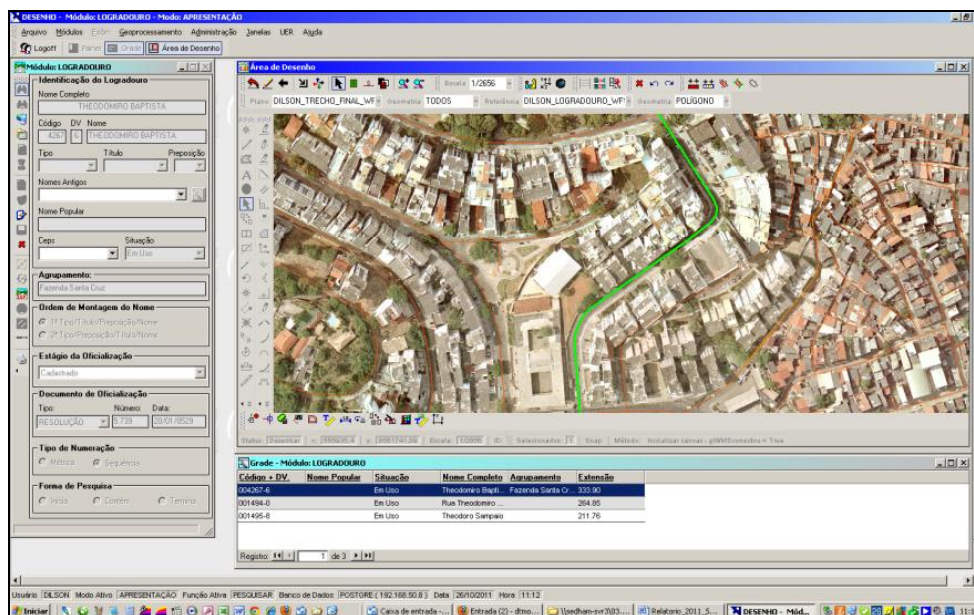


6. CTM - Sistema de Gestão Cadastral - SGC

Em 26/10/2009, foi publicado o resumo do contrato assinado entre a PMS e a Fundação de Ciência, Aplicativos e Tecnologias Espaciais - FUNCATE, que tem por objeto o desenvolvimento do Sistema de Gestão Cadastral - SGC, que abrigará as bases do CTM, composto de dados da PMS e de órgãos parceiros ou conveniados.

Das 13 etapas do cronograma, que representam 12 produtos parciais, finais e capacitação, a FUNCATE já cumpriu todas as etapas. Estamos na fase de conversão de dados atuais, ora trabalhados pelos técnicos da COINF, para o banco de dados corporativo. Assim, poderemos passar a trabalhar com os aplicativos, ou seja, iniciar a fase de produção.

Figura 9 - Tela da versão final do aplicativo de edição de dados (SGC-DESKTOP) do Sistema de Gestão Cadastral



7. Definição de Normativas e Procedimentos

Com a preocupação de garantir a uniformização dos procedimentos na Gestão de suas Bases a SEDHAM COINF definiu as seguintes normativas:

a) LEI DE LOGRADOUROS

Encaminhamento ao Legislativo da revisão e atualização da LEI DE LOGRADOUROS: Este Projeto de Lei (447/2011) foi o resultado do trabalho coordenado por técnicos da COINF e que contou com a participação da SEFAZ, PGMS e SUCOM. Através dos trabalhos realizados, foi identificada a necessidade de revisão da Lei vigente Nº 3.073/79, que “estabelece a nomenclatura e codificação dos logradouros públicos do Município e dá outras providências”;

A aprovação deste Projeto de Lei trará grandes benefícios ao Município do Salvador, tais como:

- Adequação da Lei Municipal à Legislação Federal vigente;
- Consolidação da Base de Logradouros do Município;
- Garantia do ordenamento territorial do Município através da sistematização de uma base única de endereçamento;
- Atualização da Legislação ao Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador – SICAD, institucionalizado através do Decreto 16.781/06;

- Definição de normatização para numeração dos imóveis do Município, até então inexistente;
- Definição de normatização para emplacamento dos logradouros e lotes territoriais do Município;
- Conferir transparência ao Município na denominação e alteração de denominação da Base de Logradouros, definição de uma base única de endereçamento e estabelecimento de padronização para o emplacamento.

b) PROCEDIMENTOS:

Desde o final do ano de 2010, a COINF desenvolveu um Manual para elaboração de procedimentos definindo uma política de trabalho baseada em processos de qualidade inspirada na norma ISO9001, cujo escopo abrangeu prioritariamente os procedimentos técnicos específicos desta Coordenadoria e outros referentes a esses ou servem de suporte administrativo. Com este objetivo, já foram desenvolvidos e implantados os procedimentos:

- Lançamento e Denominação de Logradouros;
- Atendimento;
- Registro e Controle de Documentos;
- Registro e Controle de Não Conformidade;
- Elaboração de Documentos. Estão em elaboração:
 - Numeração Métrica;
 - Trabalho em Campo.

Todos esses procedimentos se referem a uma gama de formulários e suas instruções de preenchimento, os quais foram criados ou reformulados, quando pré-existentes para garantir o padrão estabelecido no Manual supracitado.

Para apoiar a implantação desses procedimentos, foi desenvolvido e implantado um PORTAL INTRANET DA COINF, no qual estão disponibilizadas todas as informações atualizadas sobre o Sistema de Trabalho da COINF, além notícias e informações sobre os produtos e serviços prestados, agenda, fotos, notas de reunião, dentre outras. Essas informações permitem estabelecer um ambiente informacional homogêneo dedicado exclusivamente à equipe de trabalho. As informações destinadas ao Cidadão são disponibilizadas na página da SEDHAM. Além disto, foram desenvolvidos sistemas de informação, também acessados através desse portal, de registro e controle de atendimento de logradouros, do SICAD e de Numeração Métrica; sistema registro dos colaboradores da COINF para gestão do envolvimento com o trabalho, e também um sistema para controle de não conformidade. Este

último, em implantação, serve para garantir a qualidade dos serviços prestados pela COINF e o cumprimento dos procedimentos.

8. Emplaca Salvador

Este projeto irá garantir ao Município do Salvador uma nova linguagem na paisagem urbana conferindo ordenamento, orientação e padronização. Será proposta a implantação de novas placas de identificação de logradouros e de numeração métrica. Pretende-se realizar a substituição das atuais e incorporar informações que irão garantir a todos os cidadãos facilidades de localização no Município.

O projeto irá implantar placas de identificação, em paredes e em postes de identificação para a totalidade da base oficial de logradouros, hoje quantificada em 21.200 logradouros, que correspondem a 51.085 trechos de logradouros incluindo informações como o CEP, a numeração métrica inicial e final do trecho da quadra e o bairro. Permitirá também, facilitar a identificação dos imóveis lançados no Cadastro Imobiliário Municipal, a partir da implementação da placa de definição da numeração métrica do lote territorial, através do trabalho que vem sendo realizado conjuntamente entre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDHAM e a Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ.

Serão apresentadas duas propostas de orçamento para o Projeto:

- 1) Placas em parede sem a concessão de publicidade e em poste com a concessão de publicidade;
- 2) Placas em parede e poste sem a concessão de publicidade.

A realização deste trabalho será compartilhada diretamente com as demais empresas prestadoras de serviços públicos, a exemplo das concessionárias, empresas de logística e demais instâncias governamentais, e irá conferir ao munícipe, a possibilidade de obter a oficialização de um único endereço, definido pela Prefeitura, e que futuramente será compatibilizado entre todos esses.

Figura 10 – Propostas para nova placa dos Logradouros de Salvador (TIPO 1)

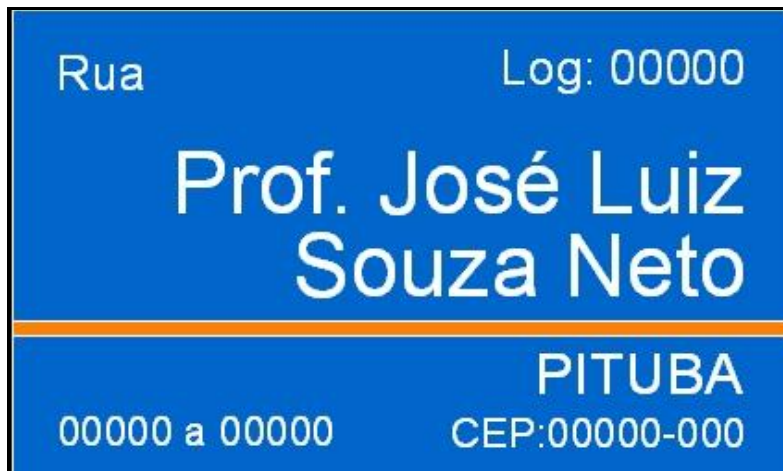
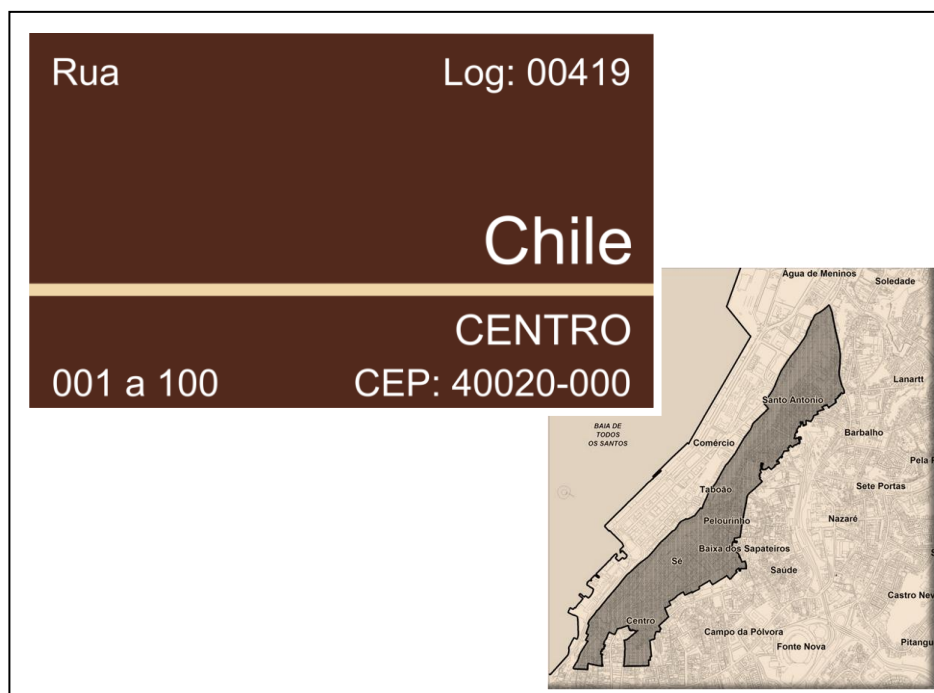


Figura 11 – Proposta para placa de numeração métrica do lote territorial



Figura 12 – Propostas para nova placa dos Logradouros de Salvador (TIPO 2) – Centro Histórico



9. Projetos para a Copa 2014 - Projeto Cartográfico

Em continuidade ao Projeto Cartográfico iniciado por Salvador, no ano de 2006, com a institucionalização do Sistema Cartográfico e Cadastral do Município do Salvador – SICAD. Após a confirmação desta capital como cidade-sede para a Copa de 2014, pretende-se realizar novo levantamento aerofotogramétrico em tecnologia digital, associado à realização de levantamento em “*laser scanning*” e mapeamento móvel digital nas vias hierarquizadas no Município (Lei 5357/98) nas categorias expressas, arteriais e coletoras.

10. Compatibilização entre os CEPs e os Logradouros do Município do Salvador.

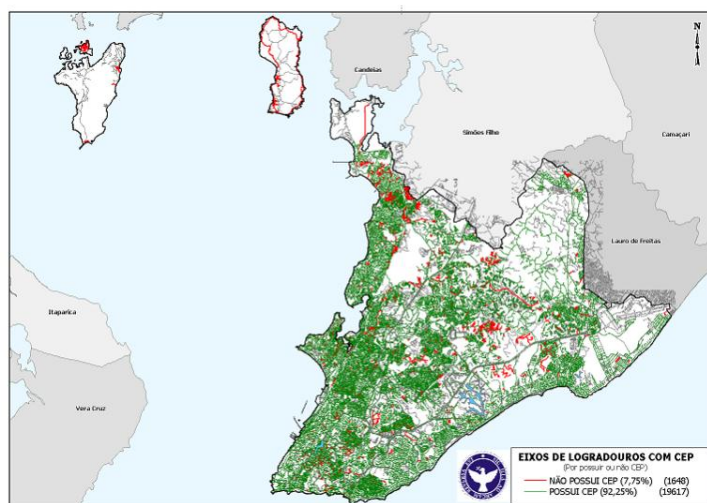
Foi realizada em 22/10/2009 uma reunião entre os técnicos da SEDHAM, SEFAZ e dos Correios, objetivando a retomada da compatibilização dos CEPs com os Códigos dos Logradouros da PMS. Este procedimento será fundamental para a criação de uma base única de dados de endereçamento e de uso comum a todas as instituições públicas e privadas que atuam no território do Município.

Em 2011, continuaram os contatos e a formatação de um texto de convênio entre a PMS e os Correios. Passo importante para que, ao final dos trabalhos de compatibilização, seja gerada uma base oficial que estará e permanecerá sincronizada entre os dois órgãos. Com isso, sempre que a Prefeitura criar um novo logradouro no cadastro, os Correios atribuirão um CEP a ele.

Mesmo sem o convênio assinado, a SEDHAM retomou o cruzamento entre logradouros (CodLog) e CEP. Este cruzamento de informações, como dito acima, tem por objetivo criar uma única base de logradouros, já atrelados aos CEPs. Desta forma, todos os CEPs, num futuro próximo, poderão ser mostrados no mapa de Salvador, sendo disponibilizados no aplicativo “Mapa Digital do Município do Salvador”, já na sua nova versão.

Hoje, temos mais de 92% dos logradouros da Cidade do Salvador “associados” a um ou mais CEP.

Figura 13 - Mapa temático demonstrando os Logradouros que possuem CEP (verdes) e os que não possuem CEP (vermelhos) relacionados com o Código do Logradouro



11. Processos de Numeração Métrica e de Logradouros

Processos	Quantidade
Logradouros	102
Numeração métrica	298

12. Exposições da Maquete da Cidade do Salvador (Sifi).

Além do trabalho rotineiro de conservação e atualização da Maquete da Cidade do Salvador, outras atividades acadêmicas e cartográficas foram desenvolvidas durante o ano de 2012:

- Aulas do Professor da UFBA Francisco Mazzoni em Abril e Outubro;
- Aula da Professora Márcia Reis em Abril;
- Utilização da maquete para servir de simulação do território da Cidade de Salvador para vídeos de campanha do candidato Nelson Pelegrino.

Figura 14 – Trecho da Maquete de Salvador abrangendo o Centro da Cidade



V. Missão a Colômbia (Bogotá e Medellín)

Em março de 2012 foi criado de forma voluntária um Grupo de Estudos do Cadastro Técnico Multifinalitário formado por representantes da SEDHAM, SEFAZ, PGMS e SUCOM sob a coordenação as SEDHAM e composto por 13 servidores de carreira do Município. Como etapa final dos trabalhos, durante o período de 28/10/2012 a 05/11/2012, 8 dos integrantes do Grupo, sendo cinco da SEDHAM/COINF, um da SEFAZ/CTI e duas procuradoras lotadas na PGMS do Município, participaram da Missão às prefeituras de Bogotá e Medellín e ao Instituto Geográfico Agustín Codazzi - IGAC. A Colômbia é considerada referência na América Latina na matéria de Cadastro Multifinalitário. A Missão contou com a colaboração do Lincoln Institute of

Land Police através do Prof. Diego Erba, para definição da agenda e contatos. O que foi visto naquelas administrações realmente demonstra avanços técnicos e administrativos surpreendentes.

Com equipe capacitada, tanto de escritório, como de campo, as prefeituras de Bogotá e Medellín estão conseguindo alto nível de retorno na qualidade dos seus cadastros, influenciando diretamente na arrecadação de tributos e cristalizando a sensação de justiça fiscal e participação da população no processo decisório. O Instituto Agustín Codazzi é o responsável pela definição da normatização dos aspectos técnicos do cadastro para todo o território da Colômbia.

Os técnicos e as procuradoras do Município que participaram das visitas receberam dos anfitriões cópias de todo o material demonstrado, e estes farão parte Projeto a se redigido para o cadastro multifinalitário de Salvador.

Figura 155– Foto dos componentes da Missão com os representantes do Cadastro de Bogotá



VI. Manutenção do Sistema de Informação Municipal de Salvador – SIM

Esse trabalho implica na atualização e reavaliação dos indicadores já existentes e conta com a participação dos técnicos da COPI/SEDHAM. Contam com diversos indicadores da área de Economia, Transporte, Tráfego, Habitação, Saúde, Saneamento Ambiental, Ambiente Urbano, Educação e Demografia (já contemplando o Censo demográfico 2010 – IBGE). O portal deste sistema é www.sim.salvador.ba.gov.br e conta atualmente com 286 indicadores.

VII. Elaboração do Marco Teórico do Índice de Qualidade de Vida Urbana – IQUA

A elaboração do Índice de Qualidade Urbana Ambiental - IQUA objetiva servir de fundamento ao planejamento municipal na tomada de decisões que promovam a equidade na distribuição e no acesso da população a bens de cidadania, especialmente no que se refere a distribuição de recursos, uma das formas básicas de atenuar as disparidades sócio-espaciais intra-urbanas ou seja, servir ao monitoramento da qualidade de vida urbana na cidade.

O Índice será composto por indicadores georreferenciados que buscam expressar a distribuição intra-urbana da oferta de serviços e recursos urbano-ambientais relacionados ao abastecimento, assistência social, cultura, educação, esportes, habitação, infraestrutura, meio ambiente, saúde, serviços urbanos entre outros. Além de servir como critério para a distribuição dos recursos municipais, o índice poderá subsidiar estudos, pesquisas e a ação dos movimentos sociais urbanos nos debates acerca da qualidade de vida urbana. Ao longo do ano de 2012 foram realizadas reuniões técnicas com o objetivo de definir conceitualmente o índice e estruturar a sua elaboração, devendo o mesmo envolver o conjunto da administração pública.

VIII. Editoração de Periódicos

A COPI/SEDHAM em continuidade à produção da revista VeraCidade publicou mais uma edição, a número 12, e está editando o número 13, que tem como objetivo de divulgar a opinião de estudiosos, pesquisadores, políticos e personalidades,

enfocando temas de interesse e relevância para a cidade, como meio ambiente, habitação, economia, cultura e política.

O conteúdo desta 12ª. edição é composto por:

Autor	Instituição	Tema
Ângela Franco	UFBA	Salvador Metrópole na Era Globalizada
Luiz <i>Chateaubriand</i> Cavalcanti, Laumar Neves e Leormínio Moreira Bispo Filho	PED	A Dinâmica do Mercado de Trabalho da RMS nas Duas Últimas Décadas: uma leitura a partir da construção de um índice
Mônica Mac-Allister e Élvia Mirian Fadul	UFBA	Reflexão sobre Modelos Participativos de Planejamento e Gestão Urbanos
Maria de Fátima Falcão Nascimento	SEDHAM	Percepção de Risco: a visão dos atores sociais da comunidade de Padre Hugo, Bairro de Canabrava, Salvador – Ba
Paulo Fábio Dantas Neto	UFBA	Salvador, Metrópole Aquém de uma Cidade Politicamente Autônoma
Cláudia Albagli Nogueira	SEDHAM	A Noção de Crise em Marx e a Questão Ambiental Urbana
Carlos Frederico B. Loureiro e Gustavo Gomes	UFRJ	Educação Ambiental na Gestão Pública das Águas: a luta social pelo direito às águas
Ponto de Vista	Paulo Miguez	O Carnaval Afro-Elétrico-Empresarial e as Políticas Culturais
Entrevista	Dom Gregório Paixão	Salvador deve construir a sua história...
Ensaio	Castro Alves	Navio Negreiro
Ensaio Fotográfico	Mestre Didi	
Capa	Mestre Didi	

Figura 166 - Capa da Revista VeraCidade Número 12 – Revista impressa

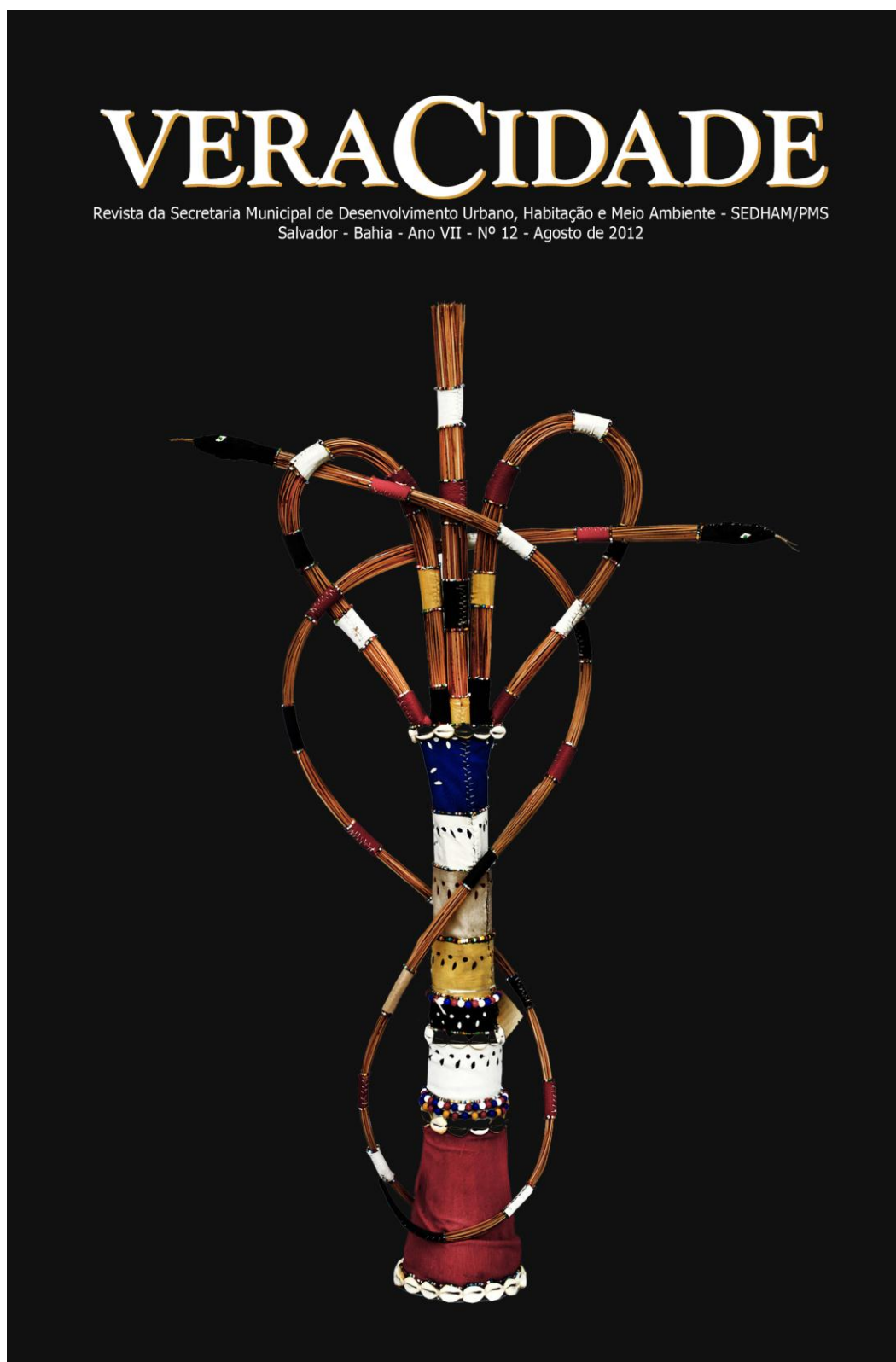


Figura 17 - Revista VeraCidade Versão eletrônica



O endereço eletrônico da revista Veracidade é: www.veracidade.salvador.ba.gov.br sendo registrado 27.573 acessos no ano de 2012.

Encontra-se em elaboração a 13ª. edição com o seguinte conteúdo:

Autor	Instituição	Tema
Eliane Azevedo	Escola de Medicina - UFBA	Padrão Genético Populacional de Salvador
Lídia Rocha Aguiar	FMLF	Espaços Públicos em Centros históricos; Inserção e apropriações dos novos largos e praça do Pelourinho – Salvador, Bahia
Jose Célio Silveira Andrade	ADM - UFBA	Tecnologias Sociais na ilha Itaparica
André Nunes de Souza	GEO - UFBA	Contribuição à Noção de Agricultura Urbana: o caso de Salvador-Ba
Luiz Baqueiro	FMLF	Renascer Recôncavo
Adrianna Freire	UNEB	Internacionalismo e Cidades
Cláudia Bacelar	Faculdade de Medicina da Bahia	Educação Médica e Cidadania
Arlete Moyses	UNICAMP	Os Megaeventos na Produção e Reprodução do Espaço Urbano
Elizabeth Matos Ribeiro, Horacio Hanstenreiter Filho e Oscar Chassagnes Izquierdo	ADM - UFBA	Aspectos Conceituais e Metodológicos para Avaliação da Capacidade de Gestão Urbana dos Municípios Baianos
Arlete Moyses	UNICAMP	Copa do Mundo
Ponto de Vista	Murilo Philigret	
Entrevista	Graça Druck	
Ensaio	Tonny Bitencourti	
Ensaio Fotográfico	Grafites em Salvador	
Capa	Grafite	

Figura 18 - Capa da Revista VeraCidade Número 12 – Revista impressa

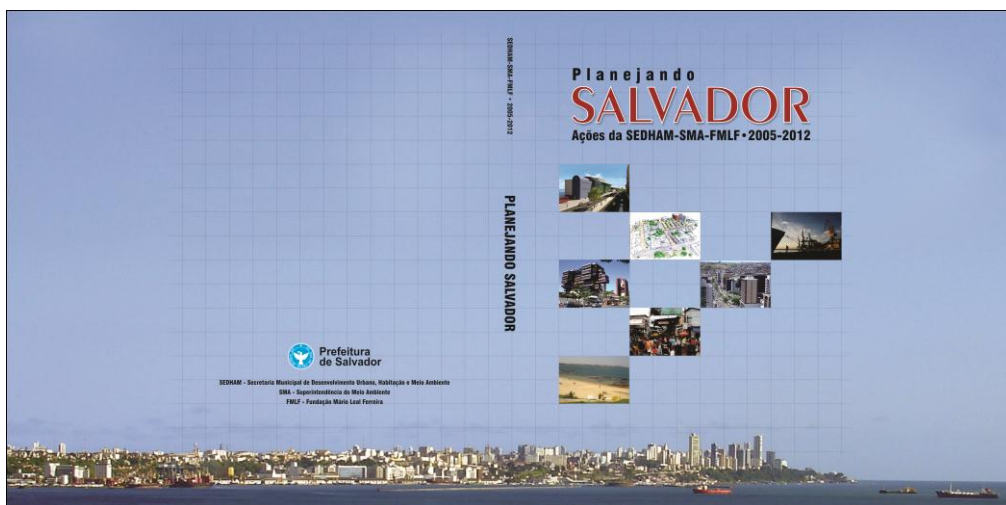


IX. Publicação *Planejando Salvador*

A COPI/SEDHAM elaborou a publicação “Planejando Salvador – Ações da SEDHAM – SMA- FMLF – 2005-2012”. Este apresenta um conjunto de Planos, Programas e Projetos produzidos pelo Sistema Municipal de Planejamento de Salvador, composto pela SEDHAM, entidade coordenadora, responsável pelas atividades de planejamento urbano-ambiental do município, pela Superintendência de Meio Ambiente (SMA), responsável pela gestão ambiental, pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), que elabora Planos e Projetos do Município de Salvador.

O que a SEDHAM apresenta a Salvador através desta publicação é o resultado de oito anos de trabalho do seu corpo dirigente e dos seus técnicos que, de forma comprometida, se dedicam à atividade de planejamento da cidade, em suas várias dimensões e recortes setoriais e territoriais.

Figura 19 - Capa do Livro *Planejando Salvador – Ações da SEDHAM – SMA- FMLF – 2005-2012*



X. Elaboração do Anuário Estatístico de Salvador

O anuário estatístico “Salvador em Dados” é uma valiosa fonte de informação sobre o município, possibilitando o conhecimento da sua realidade e a fundamentação da gestão urbano-ambiental. A informação de modo sistematizado e transparente é de fundamental importância para a construção e consolidação de uma sociedade democrática.

Os dados a serem apresentados agregarão informações importantes e úteis acerca do município, no que se refere a indicadores sobre população, nos mais distintos recortes territoriais e setoriais, a exemplo da saúde, educação, cultura, infraestrutura, meio ambiente e economia de Salvador, dentre outros, servindo de subsídios tanto para a formulação de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento em bases sustentáveis, como para planejamento e ações do setor privado na medida em que compilará informações atualizadas sobre o município.

Essa publicação, em forma de tabelas, gráficos, mapas temáticos e textos analíticos, proporcionará um acervo teórico sobre temas relevantes para a cidade. É o seguinte o seu conteúdo básico:

- Salvador no Atual Contexto de Transição Demográfica;
- Bairro, Território e Identidade em Salvador
- Demografia
- Economia Urbana e Regional
- Ambiente Urbano
- Perfil Educacional da População de Salvador
- Saúde Pública
- Infraestrutura Urbana
- Circulação e Transporte Urbano em Salvador
- Informação e Comunicação
- Segurança Pública
- Energia Elétrica
- Saneamento Urbano-ambiental
 - i. Abastecimento de Água
 - ii. Esgotamento Sanitário
 - iii. Limpeza Urbana
- Uso e Ocupação do Solo
- Cultura, Lazer e Sociabilidade
- Ação Social
- Gestão e Finanças Públicas Municipais
- Estrutura Político-Administrativa
- Participação Cidadã e Direito de Morar

XI. Habitação

1. Regulamentação das ZEIS de Salvador.

Ao longo do ano de 2012 foi dada continuidade as atividades que objetivam a regulamentação e regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) institucionalizadas no PDDU/2008, sendo essa ação viabilizada mediante a captação de recursos junto a Aliança de Cidades (Banco Mundial).

Em linhas gerais, a proposta aprovada prevê a proposição de legislação urbanística geral para ZEIS ocupadas e de vazios urbanos, que oriente o planejamento e as intervenções nessas áreas, assim como a elaboração / complementação de Planos de Regularização para quatro ZEIS ocupadas (São Marcos, Pau da Lima, Centro Histórico e Mata Escura).

Nesse sentido, em 2011, foi elaborado o texto do anteprojeto de Lei Geral para as Zonas Especiais de Interesse Social, além da elaboração de quatro termos de referências necessários a contratação das ações específicas de regularização das ZEIS de Mata Escura, Centro Histórico - 7ª Etapa, Pau da Lima e São Marcos.

No final de julho de 2010, foi realizada a 1ª Oficina do Programa Regularização das ZEIS de Salvador, visando disseminar conceitos e práticas nesse campo entre técnicos do governo municipal, de entidades da sociedade civil e dos movimentos sociais, trazendo ao debate as experiências de outros municípios, assim como apresentando os estudos realizados para Salvador, com proposta de diretrizes e critérios para a regulação urbanística e edilícia das ZEIS ocupadas e de vazios urbanos.

Em 2012, será realizada a 2ª Oficina do Programa Regularização das ZEIS de Salvador dá continuidade ao primeiro evento, aprofundando o conhecimento sobre o instrumento urbanístico e favorecendo sua apropriação pelos técnicos dos diversos âmbitos de governo e dos movimentos sociais, e apresenta, ao debate, a proposta preliminar de anteprojeto de lei geral para as ZEIS de Salvador, calcada nos estudos previamente discutidos durante a 1ª Oficina.

Também em 2012, foram iniciados os Planos de regularização das ZEIS para as área de Mata Escura, Centro Histórico - 7ª Etapa , que deverão ser concluídos até junho/2013. Para elaboração desses Planos de Regularização, esta sendo realizado:

Plano de Urbanização; Plano de Regularização Fundiária; e Plano de Ação Social e de Gestão Participativa, específico para cada ZEIS, além disso destaca-se que contam com a participação da população moradora em todas as suas etapas. Ressaltasse que estes planos servirão de modelo para regularização dos demais 116 ZEIS de Salvador.

2. Elaboração de Projetos de Melhorias Habitacionais em Mata Escura

Uma das atividades desenvolvidas foi a de Assistência Técnica para elaboração de projetos individuais de requalificação de unidades habitacionais na localidade de Mata Escura em parceria com a comunidade, através da Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC). A ação prevê a elaboração de 300 projetos de melhorias habitacionais, sendo que entre os anos de 2011 e 2012 foram elaborados 135 (cento e trinta e cinco) projetos.

3. Assistência Técnica para elaboração de projetos arquitetônicos – demanda geral

A Diretoria Geral de Habitação mantém um escritório de Engenharia Pública para a elaboração de projetos arquitetônicos em atendimento a população de baixa renda, tendo sido desenvolvido, durante todo o ano, o atendimento à demanda da população no que diz respeito a assistência técnica.

O Escritório de Engenharia Pública de Salvador foi implantado através da CPMH em março de 2001 na estrutura da recém-criada Secretaria Municipal da Habitação. Tem por função dar cumprimento ao Programa de Engenharia Pública, sendo este parte do Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais – PEMAS

4. Escritório de Engenharia Pública.

De caráter social, o Programa de Engenharia Pública tem como objetivos:

- Elevar o nível de eficiência, segurança e regularidade das construções habitacionais populares;
- Proporcionar a melhoria da qualidade e das condições de habitabilidade dos assentamentos de baixa renda;
- Preparar o estagiário de arquitetura para o mercado de trabalho;
- Preparar os estagiários de Engenharia Civil quanto às vistorias, assessoramento técnico e elaboração de planilhas orçamentárias;

- Promover assessoramento técnico antes e durante a construção;
- Promover vistorias do estado das construções, da implantação nos terrenos, áreas de risco e condições estruturais;
- Orientar o cidadão no que se refere à legalização e execução da sua obra junto a SUCOM;
- Executar uma análise prévia em parceria com a SUCOM através dos profissionais do órgão, propiciando uma aprovação mais eficiente dos trabalhos;
- Executar projetos de reforma e construção, adequando às exigências da legislação urbanística do município na área de Interesse Social;
- Atuar na área de pesquisa visando redução de custos da construção;
- Promover vistorias visando a regularização de IPTU dos imóveis na área de interesse social. Aqueles que deram entrada no CPMH solicitando projeto de reforma ou construção;
- Promover vistorias técnicas de análise das edificações em situação de risco e orientando a reparação estrutural;
- Elaborar laudos, relatórios e memoriais descritivos, que ajudam a solucionar problemas técnicos no Judiciário;
- Encaminhar a CRF a documentação já vitorizada, para que seja promovida a regularização fundiária.

Além das atividades já relacionadas, destacamos o trabalho social desenvolvido com o cidadão. No momento do atendimento é feita a triagem e recepção das demandas apresentadas pelo requerente, onde ouvimos e procuramos encaminhá-los para os diversos órgãos, tais como: SEFAZ, Defensoria Pública, Ministério Público, CODESAL, SETAD, Juizados, SUCOM, dentre outros.

O trabalho desenvolvido, de caráter social, tem proporcionado melhorias na área técnica, pois o cidadão ao apresentar uma gama de dificuldades é instruído em relação aos procedimentos de regularização da obra e da documentação.

Quadro resumo das ações efetivadas em 2012

ESCRITÓRIO PÚBLICO DE ARQUITETURA							
ANO 2011 (JAN-SET)							
PERÍODO	Processos Abertos	Vistorias Realizadas	Projetos Elaborados	Solicitações indeferidas	Desistências	Processos aguardando vistoria*	Análise Prévia
Totais	178	160	124	38	01	434	146

*O número de processos que aguardam vistorias inclui aqueles em que foi solicitada a regularização da documentação assim como se deve a dificuldades de contato com requerentes para realização de vistoria.

5. Programa de Regularização Fundiária

O Programa de Regularização Fundiária desenvolvido pela Coordenação de Regularização Fundiária/CRF, da Diretoria Geral de Habitação, tem o papel de promover, de forma gratuita, o acesso legal à posse de uso da terra a comunidades carente que ocupam de forma irregular e consolidada terras públicas municipais consideradas de interesse social, utilizadas com fins de moradia, assegurando, através de outorga da Escritura de Legalização – pelos instrumentos de Uso e Especial para Fins de Moradia e da Concessão de Direito Real de Uso -, o direito à moradia, levando aos beneficiários a possibilidade de também averbar a construção da casa, tomar empréstimo para melhoria habitacional e para transferência do lote por venda ou herança, contribuindo assim para a diminuição da situação de ilegalidade das comunidades trabalhadas.

Dentre as atividades desenvolvidas em 2012, destacamos (dados finalizados até outubro):

- a abertura de 1.101 processos administrativos oriundos de pedidos de legalização de diversas localidades deste Município sendo observado um decréscimo de cerca de 41% em comparação ao mesmo período do ano passado;
- o deferimento de 868 pedidos de legalização, através dos instrumentos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia, Concessão de Direito Real de Uso e Autorização Prévia para Transferências, sendo observado um decréscimo de cerca de 17% em comparação ao mesmo período do ano passado;
- a entrega de 1.779 Escrituras de Legalização, sendo observado um acréscimo de cerca de 117% em comparação ao mesmo período do ano passado, beneficiando 60 comunidades, a saber: Águas Claras, Alto da Esperança, Alto do Coqueirinho, Bairro da Paz, Baixa do Camuruji, Bate Coração, Boca do Rio, Bom Juá, Cabula, Caixa D'Água, Calabetão, Campinas de Pirajá, Chapada do Rio Vermelho, Colinas de Mussurunga, Engomadeira, Fazenda Coutos I, II, III e IV, Fazenda Grande do Retiro, IAPI/Antonio Balbino, Itapuã, Jaqueira do Carneiro, Jaqueira Cajazeiras, Jardim Nova Esperança, Lapinha, Liberdade, Lobato, Marechal Rondon, Narandiba, Nova Brasília de Itapuã, Nova Brasília do Aeroporto, Nova Constituinte, Nova Divinéia, Nova Sussuarana, Pau da Lima, Pau Miúdo, Periperi, Pero Vaz, Pituaçu/Recanto dos Coqueiros, Polêmica, Profilurb, Retiro, San Martin, Santa Cruz, Santo Inácio, São Cristóvão, São Gonçalo do Retiro, São Marcos, Saramandaia, Sete de Abril, Tancredo Neves, Tororó, Vale das Pedrinhas, Vale do Matatu, Vila Canária, Vila Conceição, Vila Dois Irmãos, Vila Hermínia, Vila Moisés;
- o controle do processo de legalização das comunidades integrantes de Programa Habitacional de Interesse Social para Fins de Habitação Popular com o recebimento de 212 pedidos de transferência dos lotes anteriormente regularizados; sendo observado um decréscimo de cerca de 23% em comparação ao mesmo período do ano passado;

- a realização de 686 vistorias para confecção de cadastros físicos e aplicação de cadastramento socioeconômico e/ou atendimento de diligências nos processos administrativos, sendo observado um acréscimo de cerca de 17% em comparação ao mesmo período do ano passado;
- o trabalho de campo realizado pelos Setores de Manutenção Cadastral e Controle Fundiário contabilizou 1.967 vistorias pendentes nesta Coordenadoria para cadastramento de unidades imobiliárias inseridas nas comunidades atendidas pelo nosso Programa de Regularização Fundiária.

Quadro Resumo do Programa de Regularização Fundiária

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA							
ANO 2012 (JAN-OUT)							
Ações	Atendimento ao Público	Processos Abertos	Processos deferidos	Escrituras Entregues	Pedidos de Transferências	Vistorias Realizadas	Comunidades Contempladas
Totais	10.428	1.101	868	1.779	212	686	60

6. Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV é uma ação do Governo Federal com o apoio do Município e do Estado, que possibilita a construção de unidades habitacionais para atendimento pelo poder público de famílias de baixa renda.

Ao Município cabe, além de realização das inscrições, promover o atendimento de todos os beneficiários, coletando toda documentação necessária, cadastrar ou atualizar os beneficiários no CadÚnico do Governo Federal e encaminhar os beneficiários à CAIXA.

Durante o ano de 2012 continuaram os atendimentos na sede da DGH que realiza as ações previstas acima, bem como faz o atendimento do público em geral mediante o fornecimento das informações solicitadas, tendo atendido, em 2012, um total de 1.276 famílias. Foram entregues 4.948 unidades habitacionais entre os anos de 2011 e 2012 e está previsto a entrega de mais 656 unidades até o final do ano.

Quanto às inscrições no programa foram abertas inscrições em 2009 com 29.126 famílias inscritas e em 2012 foram abertas novas inscrições chegando a 79.678 famílias inscritas.

7. Trabalho Social de Acompanhamento das Obras

A DGH mantém o acompanhamento do Trabalho Técnico Social das obras de urbanização em São Marcos / Pau da Lima, com recursos capitados (pela DGH) junto ao Ministério das Cidades e execução das obras a cargo da SUCOP.

Essa atividade configura-se como uma exigência nos projetos de urbanização integrada executados com recursos de repasse do Governo Federal e tem por objetivo o fortalecimento da comunidade mediante ações sociais de geração de emprego e renda, educação ambiental, e mobilização comunitária.

8. Fundo Municipal de Habitação - FMH

Dado a fase de implementação de suas atividades, as ações efetivadas constituíram-se, basicamente, pela continuidade daquelas relativas à adesão plena do Município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, além da efetivação das novas indicações de membros para compor o seu Conselho Gestor em seu terceiro mandato.

Nesse sentido, quanto aos requisitos necessários à adesão plena do Município ao SNHIS, foi elaborado o Relatório de Gestão do Fundo referente ao exercício de 2011, estando este no aguardo da apreciação pelo Conselho na 10ª Reunião Ordinária prevista para dezembro de 2012. Os demais requisitos necessários a adesão plena ao SNHIS, consistentes na criação de Fundo e Conselho local e na elaboração de Plano Municipal de Habitação, também já foram atendidos pelo Município.

Diante disso, o Município do Salvador se coloca inteiramente apto a continuar recebendo recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, tendo atendido a todos os requisitos constantes da Lei 11.124/2005 e das Resoluções do Conselho Gestor de Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

XII. Tecnologia da Informação

1. Gestão da Tecnologia de Informação e Comunicação

O NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação da SEDHAM dispõe de um Gestor de NTI, um Supervisor de Sistemas e 4 estagiários para gerir e dar suporte à rede e sistemas da SEDHAM.

2. Gerenciamento da Rede de Computadores

Mudança da sede da DGH (Diretoria Geral de Habitação) que ficava localizada na Praça da Sé para a sede da SUCOP Av. Marechal Castelo Branco, Aquidabã, com a instalação de aproximadamente 40 pontos lógicos, ligação dos computadores e a ligação do link de internet via remessa e acompanhamento da instalação da rede elétrica juntamente com a SESP.

3. Desenvolvimento de Sistemas

Dentre as atividades desenvolvidas destaca-se a implantação, em curso, do aplicativo PHL – Personal Home Library, um aplicativo web para automação das rotinas e serviços da biblioteca da FMLF, que permite a disponibilização e compartilhamento de seus catálogos de informações através da Web para usuários internos e externos à PMS. Foi ainda realizada a preparação do ambiente de homologação na rede da SEDHAM/FMLF com a configuração do servidor do ambiente de produção, hospedado na Companhia de Governança Eletrônica – COGEL; o sistema encontra-se publicado na seguinte url: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br>.

Além disso foi desenvolvido aplicativo para o sorteio do programa Minha Casa Minha Vida e Implementação junto à Cogel, do Sistema de cadastramento da Minha Casa Minha Vida e a divulgação dos contemplados via Internet através do site www.salvador.ba.gov.br.

4. Design Gráfico

Foram realizados, ao longo de 2012, além de outros serviços de menor amplitude, a 8ª versão online e a 12ª edição impressa da revista Veracidade, além do relatório final dos oito anos de gestão intitulado Planejando Salvador.

5. Suporte Técnico

Na área de suporte a usuários, o Núcleo de Tecnologia da Informação promoveu os esclarecimentos necessários nos casos de dúvidas quanto à operacionalização de equipamentos, além de prestar assessoramento técnico na utilização de aplicativos corporativos e uso de softwares diversos.

Na área de suporte à rede, o Núcleo de Tecnologia da Informação realizou o gerenciamento de usuários da rede, através da configuração do Servidor de Domínio, do servidor de arquivos, das conexões externas, efetuando o compartilhamento de softwares em rede, a consolidação da política de Backup de Dados a orientação de uso em rede, dentre outros.

6. Projetos

O NTI tem desenvolvido os seguintes planos de trabalho:

- Atualização do parque computacional (Hardware e Software);
- Implementação da Rede Metropolitana de Salvador na CRF, CPMH e DGH);
- Inventário de todos os equipamentos inservíveis para envio ao depósito central.
- Reformulação da Intranet;
- Migração de servidores visando otimização de serviços.

XIII. Atividades Administrativas

A Coordenadoria Administrativa da SEDHAM realizou as seguintes atividades:

- Adaptação ao acesso de acordo com as leis de acessibilidade (construção de rampas e sanitários);
- Colocação de lixeiras externa;
- Solicitação junto a SUPREV para colocação do posto da guarda na entrada de nossa secretaria;

- Aquisições de equipamentos para o auditório adquiridos através de doações;
- Aquisição de materiais no termo de comodato junto a SUCOM (armários, mesas, cadeiras etc.);
- Renovação da assinatura dos jornais;
- Reativação do cartão dos correios;
- Colocação das bandeiras da União, Estado e Município;
- Reforma do Gabinete do Secretário;
- Criação do quiosque para área de lazer, servindo também como espaço para alimentação dos servidores;
- Criação de cartões para identificação de funcionários no estacionamento;
- Implantação do logotipo da secretaria para sua devida identificação, dentre outras atividades pertinentes a esta SEDHAM.
- Transferência do Depto Geral de Habitação do prédio da ABI para o prédio da prefeitura (antiga SUCOP – Aquidabã), após as devidas reformas através da cooperação da: SESP (manutenção de toda parte elétrica), NTI/ SEDHAM (instalação e manutenção de toda rede lógica do prédio.
- Abertura do processo para compra de computadores, mobiliários, datashows com recursos do PNAFM;
- Renovação dos contratos com os Correios;
- Encaminhamento de bens inservíveis para o depósito da SEPLAG;
- Atendimento das demandas do Gabinete, Setor Pessoal, Almoxarifado, Serviços Gerais (Protocolo, Transportes, Limpeza), NTI;

Além de outras atividades administrativas pertinentes a coordenadoria.

XIV. Participação em Conselhos e Comissões

A SEDHAM, por possuir um vasto campo de atuação, envolvendo não só áreas mais específicas, como habitação e desenvolvimento econômico, como também áreas mais abrangentes como o Meio Ambiente e, principalmente, o desenvolvimento urbano, torna-se um órgão com assento garantido em várias iniciativas interinstitucionais que buscam integrar as diversas atuações públicas e privadas em busca de uma convergência de interesses e ações.

1. Participação da COPLAM/SEDHAM

- Conselho de Meio Ambiente – COMAM, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social com representação de Nilton Arruda Jr.);

- Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA (com representação de Gilcinéa Barbosa);
- Grupo de Competitividade Turística, comandado pela SALTUR, quanto promovido por órgãos estaduais,
- Grupo de Trabalho para o Vetor Ipitanga (com representação de Fagner Dantas), comandando pela SEDUR.
- Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, (com representação de Fagner Dantas);
- Comissão de Regulamentação do Conselho Municipal de Salvador, (com representação de Fagner Dantas);
- Comissão de recebimento PNAFM / SEDHAM, (com representação de Fagner Dantas);
- Comissão Setorial de Licitação – COSEL, (com representação de Fagner Dantas);

2. Participação da COPI e COINF / SEDHAM

A Comissão Executiva do Plano Municipal de Saneamento Básico coordenada pela SETIN, conta com a participação da COINF, representada pelo Arquiteto Antônio Marmo e da COPI para a elaboração do Plano de Drenagem e do Plano de Resíduos Sólidos para o Município de Salvador. Esta, constituída por membros de diversos órgãos/entidades municipais, reúne-se mensalmente.

3. Participação da CODEI / SEDHAM

- Comissão Municipal de Geografia e Estatística.
- Conselho Municipal das Comunidades Negras – CMCN. através do servidor Ivã Luis Pires Veloso

XV. Capacitação de Servidores e Participação em Eventos

1. I FERIA de Minicursos sobre Políticas do Solo Urbano

Promovido pelo Lincoln Institute of Land Police, a SEDHAM esteve representada através da COINF com a participação da sua Coordenadora, na I FERIA DE MINICURSOS SOBRE POLITICAS DO SOLO URBANO, realizada na cidade de

Santo Domingo – Republica Dominicana no período de 24 a 27 de abril de 2012. Foram abordados os temas: Cadastro Territorial Multifinalitário, Direito Urbanístico, Mercados do Solo Urbano, Economia Urbana e Instrumentos de Política Urbana. A I Feria contou com participação de alunos da América Latina e Caribe, sendo o Brasil representado pelos Municípios de Salvador, Belo Horizonte e São Paulo.

O Lincoln Institute of Land Police é uma instituição acadêmica fundada em 1974, sem fins lucrativos e sustentada pela Fundação Lincoln. Tem como missão promover a melhoria do debate sobre Políticas do Solo Urbano, sem a intenção de ter um ponto de vista particular. Seu principal foco é capacitar os países integrantes da América Latina e Caribe no caminho da sustentabilidade com foco na tributação imobiliária e instrumentos de política urbana, regularização fundiária, preservação ambiental, dentre outros.

Figura 20 – Participantes da I Feria de Mini Cursos sobre Políticas de Suelo



2. Latin American Geospatial Forum

A COINF participou do LATIN AMERICAN GEOESPATIAL FORUM (LAGF), que aconteceu no Rio de Janeiro, nos períodos de 15 a 17 de agosto de 2012, com palestra proferida pela COINF no Seminário Geotechnology for City Management, especialmente montado no evento para apresentar e discutir o cenário e evolução das Geotecnologias nas Cidades Brasileiras, em especial capitais.

Figura 21 – Apresentação do Mapa Digital durante o LAGF



Este fórum, coordenado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) e Prefeitura do Rio de Janeiro, contou com a participação de Salvador e dos municípios de Campo Grande, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Participaram também o IBGE e a Special Administrative Unit Land Registry, District of Bogota, Colômbia.

A Conferência teve como tema central o Conhecimento acionável para o Desenvolvimento Sustentável, destacando o uso da tecnologia geoespacial em processos, organização e design, regulação do sistema, e abordagens de aprendizagem contínua em complexos sistemas organizacionais e multiorganizacionais que permitiu foco simultâneo na avançando e dos resultados econômicos, sociais e ecológicos.

A COINF abordou sobre o a evolução do Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM) em Salvador, desde a criação do Sistema Cartográfico e Cadastral (SICAD), em 2006, destacando o momento atual de implantação do Sistema de Gestão Cadastral (SGC). Este como ferramenta corporativa de atualização de dados cadastrais e geográficos, visando a disponibilização de informações através de um banco de dados único, para a gestão integrada do planejamento urbano. Neste sentido, a apresentação de Salvador, se fez similar aos demais municípios na qualidade do que vem desenvolvendo, trazendo para si experiências e um networking com novas perspectivas no seu processo evolutivo, como a construção da Infraestrutura de

Dados Especiais (IDE) de Salvador e a parceria com o IPP-RJ para o intercâmbio de modelos e novas tecnologias.

3. Especificações Técnicas para a Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais – Et-Edgv

A Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), através da SEDHAM, na qualidade de gestora da base de dados georreferenciada para o Município de Salvador, tem criado um ambiente de padrões para dar suporte aos sistemas de informação relativos à gestão cadastral, especialmente o Sistema de Gestão Cadastral (SGC). Tais sistemas englobam diversas categorias de informações, como uso do solo, mobilidade, educação e cultura, segurança, saúde e serviço social, vegetação, dentre outras. Essas categorias, por sua vez, se interfaceiam para subsidiar os serviços inerentes à gestão pública municipal como planejamento urbano, saúde pública, educação fundamental, cultura e turismo, transporte e trânsito, etc.

Com o advento dos conceitos, tecnologias e padrões que viabilizem uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), a SEDHAM visualizou a oportunidade de compartilhar os geodados, sem que haja replicação ou redundância. Esse novo paradigma dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) de 3ª geração respeita os processos de produção de dados inerentes às rotinas internas de cada produtor e permite o desenvolvimento de aplicativos que integrem dados de múltiplas fontes, sem a necessidade de transferência ou cópia.

Com esse intuito, foi realizada uma capacitação em 2 etapas, para construir a primeira versão das Especificações Técnicas para a Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais para Salvador (ET-EDGV), tornando os participantes capazes de incluir, modificar e propor melhorias. A primeira Etapa contemplou uma oficina de 16 horas com 5 servidores da COINF para definição da base de dados geoespaciais e requisitos básicos. A segunda etapa, de 24 horas, no auditório do CDC-SEFAZ, no período de 3 a 5/12 aconteceu para 15 servidores da PMS, incluindo representantes da SEFAZ, PGMS, SEPLAG e COGEL, SMA, além da SEDHAM, para receber instruções sobre: conceitos e técnicas de modelagem orientadas a objetos (limitada a dados geoespaciais), como requisito, os princípios básicos para a estruturação de dados geoespaciais vetoriais cadastrais; prática de modelagem conceitual com elaboração de diagramas de classes para categorias cadastrais e dicionário de dados. Após a essas etapas concluídas, coube ao instrutor organizar a primeira versão da

ET-EDGV para Salvador construída durante a capacitação, e posteriormente validada pela equipe da COINF.

Essa capacitação foi realizada pelo Coronel Omar Antônio Lunardi, Coordenador do Comitê da CONCAR para a elaboração Especificação Técnica da Estrutura de Dados Geoespaciais da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE); Coordenador dos Comitês da DSG para elaboração das especificações técnicas da INDE sob responsabilidade da DSG; Coordenador Geral Comitês para elaboração das metodologias de trabalhos para a linha de produção de dados geoespaciais da DSG.

4. MBA em Gerenciamento de Projetos – Fundação Getúlio Vargas

A COINF inscreveu técnicos em curso de Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas MBA em Gerenciamento de Projetos. Foram utilizados recursos do PNAFM, com duração do curso de 24 meses. Essa capacitação é de grande importância para a SEDHAM/COINF, pois repassará ao funcionário conhecimentos e técnicas mais modernas em gerenciamento de projetos, atividade já realizada atualmente no desenvolvimento do Sistema de Gestão Cadastral – SGC. Como o curso se aplica a qualquer área de conhecimento, a COINF espera que seja elevado o ganho de qualidade na administração dos trabalhos a serem desenvolvidos de agora em diante.

5. Participação em eventos e capacitação de técnicos da COPI:

- Curso de pós-graduação MBA em Gestão Pública, promovido pelo Pano de Valorização do Servidor, concluído em agosto de 2012;
- SUCESU 2012 - Congresso de Informática e Telecomunicação em 16 e 17 de outubro de 2012;
- Capacitação em Sensoriamento Remoto Processamento Digital de Imagens, a realizar em dezembro 2012;
- Curso de Modelagem Conceitual para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais de Salvador, A ser realizado nos em dezembro 2012.

6. Capacitação de técnicos da COPLAM:

- Curso de Mobilidade e Sistema Viário: do Plano Diretor ao Projeto da Via;
- Curso de AutoCAD 2D e REVIT Architecture;

- Curso de Pós-Graduação “lato sensu” em Planejamento Urbano e Gestão de Cidades.

7. Participação da CODEI na Comissão Municipal de Geografia e Estatística e no Conselho Municipal das Comunidades Negras - CMCN

A Comissão Municipal de Geografia e Estatística foi estabelecida com o objetivo primário de congregar ações para a realização do Censo 2010. Reuniu representantes dos setores públicos e privados, entre os quais, a participação da CODEI. Uma vez realizado o Censo, o IBGE principiou à divulgação dos dados. As informações produzidas compõem o acervo de dados do Observatório Econômico da CODEI.

O Conselho Municipal das Comunidades Negras - CMCN é um órgão colegiado, integrante da estrutura básica da Prefeitura Municipal do Salvador e vinculado à Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), composto por representantes da sociedade civil e do poder público.

Participam do CMCN (20) representantes indicados por entidades da sociedade civil, (02) representantes do Poder Legislativo e (08) do Poder Executivo. A escolha dos membros que vão representar as diversas secretarias da Prefeitura atende ao princípio da transversalidade. O Conselho Municipal das Comunidades Negras tem como objetivo fiscalizar, propor e assessorar o município na elaboração de propostas de políticas de promoção da igualdade, além de envidar esforços na busca da desconstrução a cultura racista, no município.

Em vista disto, considerando a atuação estratégica desta SEDHAM, em questões relacionadas com habitação, regulação fundiária, infraestrutura urbana e legislação urbanística, esta Secretaria tem assento entre os (08) representantes do Executivo Municipal no CMCN, através do Servidor Ivã Luís P. Veloso, nomeado e empossado Conselheiro Municipal.

Assim, a SEDHAM, mediante a participação do servidor designado, vem contribuindo com os debates a cerca das temáticas ligadas às políticas compensatórias e ações de inclusão da população negra no Município de

Salvador, no âmbito do referido Conselho. Também, em face das atribuições e demandas em função da atuação como Conselheiro Municipal, servidores integram o Conselho Gestor do Selo da Diversidade, designado pela Mesa Diretora do CMCN, onde também são discutidas ações e proposições de implantação de políticas compensatórias no município.